

Ata da 967ª

Sessão de 19/05/2015

1 967ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos dezenove dias do mês de
2 maio de dois mil e quinze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho
3 Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Administração
4 Central, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a
5 presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o
6 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan Agopyan,
7 Adalberto Américo Fischmann, Joaquim Pereira Filho, Alexandre Nolasco de
8 Carvalho, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Fernando José Gomes
9 Landgraf, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, Antenor Cerello
10 Júnior, Antonio Carlos Hernandez, Marcos de Mattos Pimenta, Antonio Marcos
11 de Aguirra Massola, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro Mendes
12 de Castro Filho, Benedito Honório Machado, Bruno Sperb Rocha, Carlos
13 Alberto Ferreira Martins, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Carlos Roberto Bueno
14 Júnior, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz,
15 Douglas Emygdio de Faria, Dulce Helena de Brito, Enrico Lippi Ortolani,
16 Fabiana Marchetti, Fabiano Guasti Lima, Fernando Luis Medina Mantelatto,
17 Frederico Pereira Brandini, Gabriela Soldera Ferro, Germano Tremiliosi Filho,
18 Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Gilberto Fernando Xavier, Guilherme Adolfo
19 dos Santos Mendes, Amilton Martins dos Santos, Ildo Luis Sauer, Jackson
20 Cioni Bittencourt, Jean Paul Walter Metzger, Jefferson Antonio Galves, João
21 Cyro André, João Guilherme Machado Ribas, Joaquim José Martins Guilhoto,
22 José Eduardo Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de
23 Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Rogério Cruz e Tucci,
24 Ana Lucia Duarte Lanna, Júlio Cerca Serrão, Laerte Sodrê Júnior, Leny Sato,
25 Leonardo Octavio Belinelli de Brito, Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi, Luiz
26 Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani, Luiz Silveira Menna Barreto, Marcela
27 Silva Carbone, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Nogueira Martins,
28 Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria Madalena Januário Leite, Maria
29 Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado,
30 Maria Arminda do Nascimento Arruda, Neli Aparecida Mello-Théry, Maria das
31 Graças Bomfim de Carvalho, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Maria
32 Vitória Lopes Badra Bentley, Mariana Nunes de Moura Souza, Marisa Helena
33 Gennari de Medeiros, Neli Maria Paschoarelli Wada, Oswaldo Baffa Filho,
34 Paulo César Rodrigues Conti, Paulo José do Amaral Sobral, Paulo Sérgio

35 Varoto, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pietro Ciancaglini, Richard Charles
36 Garratt, Rodney Garcia Rocha, Sérgio França Adorno de Abreu, Sérgio
37 Persival Baroncini Proença, Silvana Martins Mishima, Alexandre Souto
38 Martinez, Suely Vilela, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Tito José
39 Bonagamba, Tuani Guimarães de Ávila Augusto, Giselda Maria Fernandes
40 Novaes Hironaka, Valdecir de Assis Janasi, Valdemar Mallet da Rocha Barros,
41 Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Waldyr Antônio Jorge e
42 Walter Vettore. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,
43 Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo
44 substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Alexandre
45 Martins Rodrigues, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, Antonio Carlos
46 Teixeira Álvares, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, José Tavares Correia de
47 Lira, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria
48 Cristina Motta de Toledo, Simone Rocha de Vasconcellos Hage e Umberto Celli
49 Junior. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Aluísio Augusto
50 Cotrim Segurado, Arlindo Philippi Junior, Bernadette Dora Gombossy de Melo
51 Franco, Carlos Eduardo Garisto de Nicola, Claudimar Amaro de Andrade
52 Rodrigues, Daniel Barreto Junior, Dante Pinheiro Martinelli, Eduardo Henrique
53 Soares Monteiro, Eduvaldo Paulo Sichieri, Fábio de Salles Meirelles, Fernando
54 Brenha Ribeiro, Fernando Salvador Moreno, Floriano Peixoto de Azevedo
55 Marques Neto, Gabriel Luis Scheffer Regensteiner, Guilherme Luis Desiderio,
56 José Antonio Visintin, José Arana Varela, Marcelo Ricardo Fernandes, Oswaldo
57 Luiz Bezzon, Raphael Gasparian Chinchilla, Roberto Gomes de Souza Berlink,
58 Rui Curi, Sérgio Mikio Kobayashi, Silvio Moure Cícero, Silvio Roberto Farias
59 Vlach e Sonia Maria Vanzella Castellar. Havendo número legal de
60 Conselheiros, o Magnífico Reitor passa às suas comunicações. **M. Reitor:**
61 “Declaro aberta a nongentésima sexagésima sétima sessão do Conselho
62 Universitário da Universidade de São Paulo. Esta é uma reunião extraordinária
63 convocada especificamente para discutir a definição do reajuste salarial de
64 2015 conjuntamente com a revisão do orçamento da USP para 2015. Em se
65 tratando de uma reunião extraordinária, temos nesta abertura, apenas a
66 discussão e votação das Atas de duas sessões anteriores, nongentésima
67 sexagésima quarta e quinta e três comunicações que gostaria de fazer.” A
68 seguir o **M. Reitor** passa a **PARTE I – EXPEDIENTE**, colocando em discussão

69 e votação as Atas das 964^a e 965^a Sessões do Conselho Universitário,
70 realizadas em 03.03 e 07.04.2015, respectivamente, reforçando que pequenas
71 alterações de forma e ortográficas podem ser feitas posteriormente. Não
72 havendo manifestações contrárias, as Atas são aprovadas por unanimidade e o
73 **M. Reitor** passa às comunicações. **M. Reitor**: “Minhas comunicações são
74 muito breves. Primeiramente, a reunião que estava preliminarmente prevista
75 para o dia 16 de junho será na semana subsequente, ou seja, no dia 23 de
76 junho e esta informação já se encontra na página da Secretaria Geral. A
77 segunda, de modo a dar continuidade aos trabalhos centrados no
78 desenvolvimento do plano de metas para este ano, que foi estabelecido
79 conjuntamente entre a Reitoria e demais Dirigentes da Universidade, informo
80 que passamos para a fase de acompanhamento, a fim de examinar o
81 desenvolvimento de cada uma das metas e identificar gargalos para alcançar
82 estas metas. Para isto convidei um grupo de três professores que são
83 membros do Conselho Universitário – apesar de esta não ser uma comissão do
84 Conselho Universitário – este Grupo de Trabalho foi formado justamente para
85 fazer o acompanhamento deste plano de metas, sendo composto pelo
86 Professor Joaquim José Martins Guilhoto, Vice-Diretor da Faculdade de
87 Economia e Administração, o Professor Oswaldo Baffa Filho, da Faculdade de
88 Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto e o Professor João Cyro André,
89 da Escola Politécnica. Estes três professores vão solicitar informações de
90 Dirigentes dos mais diferentes níveis da Universidade e eles, obviamente,
91 precisam ser atendidos com a maior brevidade possível para que possam fazer
92 este trabalho de acompanhamento, que interessa a todos nós. Finalmente, e
93 antes de passarmos para os dois tópicos da ordem do dia, gostaria de informar
94 um assunto que interessa a todos – e ficou claro que interessa não só aos
95 docentes e servidores da Universidade, mas interessa ao Fórum das Seis, de
96 tal sorte que foi parte da pauta de negociações que foi conduzida entre o
97 CRUESP e o Fórum das Seis – é a questão da fixação do teto salarial. Este
98 tema nos interessa, pois seus efeitos podem ser deletérios às três
99 Universidades públicas paulistas e estes efeitos tendem a ser progressivos e
100 cumulativos, portanto, sem entrar em detalhes neste momento, desejo
101 comunicar que houve um acordo que trabalharíamos para buscar uma solução
102 para isto, cada qual de acordo com suas particularidades, ou seja, os Reitores

103 das três Universidades buscam saídas jurídicas, políticas, ou mesmo ambas,
104 para a solução desta questão e, obviamente, estamos interessados em saber
105 de sugestões e iniciativas que fazem parte de uma pauta comum às três
106 Universidades.” A seguir o **M. Reitor** passa à **PARTE II - ORDEM DO DIA.**
107 **CADERNO I – DEFINIÇÃO DO REAJUSTE SALARIAL 2015. 1. PROCESSO**
108 **2014.1.16317.1.2 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Análise da proposta de
109 reajuste salarial encaminhada pela COP, a ser concedida em 2015. **M. Reitor:**
110 “Para tratarmos deste tema reforço que foi encaminhado à Comissão de
111 Orçamento e Patrimônio uma proposta de reajuste salarial para Servidores
112 não-docentes e Docentes da Universidade, para o período de 2015. É
113 necessário ressaltar que a discussão e votação deste tópico no Conselho
114 Universitário foi iniciada ano passado e foi por mim anunciado que seria uma
115 política permanente da Universidade de São Paulo, no sentido de que
116 entendemos que compromissos vultuosos relativos ao uso de recursos da
117 Universidade necessitam ser efetivamente compartilhados entre a Reitoria e o
118 Conselho Universitário. Não faremos referência ao passado, mas sabemos que
119 todos nós temos, de uma forma ou de outra, restrições ou dificuldades em
120 entender como as políticas salariais e de reajustes salariais foram executadas
121 ao longo da história da Universidade. Aqui não há nenhum juízo de valor, mas
122 isto apenas refletia o hábito da Universidade, não foi feito nada que não aquilo
123 que era o costume. O que estamos tentando fazer é mudar o costume, mudar o
124 hábito. Como disse um dos representantes do sindicato no CRUESP, isto é
125 uma inovação. Parece-me – e aqueles que julgarem diferente disto, peço que
126 se manifestem – que isto é uma inovação boa, trazendo-nos informações as
127 mais detalhadas possíveis e participação na decisão. Desta forma, durante a
128 reunião com o Fórum das Seis, houve uma reunião técnica com o pessoal das
129 áreas financeiras das três Universidades e com o pessoal dos Sindicatos,
130 sendo que posteriormente a isso, informaram-nos da situação no início da
131 reunião do CRUESP, enquanto estavam apenas os Reitores, e chegamos a
132 conclusão de que a proposta que deveria ser feita para os Sindicatos deveria
133 contemplar, no seu limite máximo, e dentro da prudência, aquilo que os três
134 Reitores entendessem que poderia ser atendido pelas três Universidades.
135 Aquilo que representasse o limite de uma delas não deveria ser ultrapassado,
136 pois esta proposta precisaria ser atendida pelas três Universidades,

137 evidentemente que partíamos do princípio de que era de nosso interesse fazer
138 a recomposição salarial. Não é política de nenhum dos Reitores ou
139 Administrações das Universidades fazer qualquer tipo de restrição no que diz
140 respeito aos salários. Nosso objetivo é fazer a recomposição dos salários que
141 perdem o seu valor aquisitivo com a inflação. Por outro lado, não podemos
142 desprezar duas coisas: primeiro que as três Universidades estão no limite do
143 comprometimento financeiro; de fato, para sermos realistas, as três
144 ultrapassaram aquilo que é o razoável em termos de comprometimento
145 financeiro, pois as três retiram recursos das reservas, uma vez que o
146 comprometimento com a folha de pagamento é na ordem de 100%, ou muito
147 próximo a isso. Deste modo, para fazer a Universidade funcionar é necessário
148 usar recursos além daqueles oriundos de nossa principal fonte, que são os
149 repasses do ICMS. Desta forma, as três estão com o comprometimento
150 exagerado, muito acima daquilo que o bom senso histórico demonstrou, na
151 ordem de 85%. Este é um fato. No caso da USP, isto está evidente há muito
152 tempo, passamos o último ano lutando contra esta questão e tomamos
153 iniciativas para corrigir as distorções. Isto foi possível em parte, os efeitos ainda
154 não apareceram completamente, mas estamos na rota da busca de um
155 equilíbrio orçamentário. Outro componente que não pode ser desprezado é que
156 isto ocorre em um ambiente extremamente pessimista, do ponto de vista da
157 economia do país e quando a economia do país não vai bem, a economia de
158 São Paulo não vai bem, o que significa expectativa de crescimento negativo,
159 que é uma maneira branda de falar regressão, pois crescimento negativo é
160 encolhimento. Temos uma inflação crescente até agora, se bem que há
161 indícios de que deverá se abrandar, mas é ainda crescente e, portanto, claros
162 resultados de redução dos recursos que são transferidos das três
163 Universidades. De um ponto de vista bastante concreto, por exemplo, em
164 relação ao primeiro quadrimestre de 2014 – e agora estamos completando o
165 primeiro quadrimestre de 2015 – em relação àquele quadrimestre, em termos
166 reais, portanto deflacionados do IPCA, houve uma queda de 3,5% dos
167 repasses do ICMS para a Universidade de São Paulo. Tomando os 12 meses
168 que terminam em abril, ou seja, de maio do ano passado até abril deste ano e
169 comparando com os 12 meses anteriores, a queda foi de 3,9% em termos
170 reais. Esta queda vem ocorrendo anualmente. Em termos nominais, o

171 crescimento do repasse do ICMS foi de 4,06%, portanto, na verdade, aquilo
172 que se arrecada em São Paulo é aproximadamente 3% abaixo do previsto.
173 Neste ambiente negativo do ponto de vista econômico e de comprometimento
174 acumulado ao longo dos anos nas três Universidades, que tratamos a questão
175 da recomposição salarial. Portanto, fizemos uma proposta que chega, a nosso
176 ver, no limite daquilo que possa ser atendido, sem que adicionemos um grande
177 distúrbio àquelas previsões orçamentárias feitas em dezembro. Desta forma, a
178 proposta que fazemos é de corrigir em 4% aplicável imediatamente e mais
179 3,09% a partir de primeiro de outubro, o que corresponderia exatamente em
180 seu total à correção de 7,21%, que foi a inflação acumulada segundo o cálculo
181 da FIPE neste período. Esta, portanto, é a proposta que os três Reitores, cada
182 um ao seu modo, discutindo internamente em suas Universidades,
183 apresentaram e os Sindicatos estão analisando. Como disse, qualquer gasto
184 de recursos por parte da USP não será aprovado pelo Reitor individualmente,
185 isto só será feito com a aprovação deste Conselho e, por isto, que esta matéria
186 é enviada para apreciação do Conselho, embora seja uma inovação, pois
187 tradicionalmente o Reitor tomava esta decisão autocraticamente. Finalmente,
188 para dar início à discussão, solicito ao Professor Adalberto Fischmann,
189 presidente da COP, que analisou esta questão e emitiu um parecer para que
190 este se manifestasse.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Em nome da
191 COP, gostaria de dizer o que foi feito nestes últimos dias. Primeiro,
192 trabalhamos na revisão do orçamento, mas depois da reunião do CRUESP na
193 quinta-feira passada, recebemos esta informação e na sexta-feira seguinte
194 fizemos uma reunião de dia inteiro com todos os membros da COP e o apoio
195 da CODAGE. O que podemos comentar aqui é que a reunião buscou observar
196 o teor do reajuste proposto pelo CRUESP que nos foi transmitido para
197 analisarmos no bojo da revisão orçamentária. Esta revisão, como havíamos
198 anunciado anteriormente, é uma inovação, iniciada em 2015, pois no passado
199 fazíamos a previsão e ficávamos com esta previsão sendo monitorada por todo
200 o ano. A partir de 2015, passamos a fazer esta revisão com os dados do mês
201 de março e faremos novamente no mês de setembro, antes da nova proposta
202 orçamentária para 2016. Desta forma, com os dados propostos pelo CRUESP,
203 procuramos incorporar isto no orçamento e verificar como este se comportaria.
204 Três pontos merecem destaque. O primeiro deles – anunciado pelo Professor

205 Zago – é que enfrentamos um período difícil da economia paulista, reflexo da
206 economia brasileira, e com isto toda a parte de transferência dos recursos do
207 ICMS para as Universidades está menor do que o previsto. Este é um primeiro
208 ponto negativo da economia. O segundo ponto que merece ser considerado em
209 uma organização deste tamanho, como é a Universidade, refere-se à
210 identificação de alguns dados referentes a custeios adicionais. Os senhores
211 todos receberam a 'Tabela 1' do documento que foi distribuído como anexo.
212 Neste, percebemos que possuímos alguns gastos de cerca de R\$ 35 milhões,
213 os quais se referem ao aluguel para o ano de 2015 para o Museu de Zoologia,
214 que não foi totalmente incorporado, temos ainda um gasto adicional de
215 segurança e vigilância patrimonial de cerca de R\$ 10 milhões e, também, o
216 aumento de segurança e vigilância patrimonial para o Museu Paulista de mais
217 R\$ 5 milhões. Foi necessário, ainda, considerar o impacto das tarifas de
218 utilidades públicas, como energia elétrica, água e telefone, que tem impactado
219 o orçamento com um custo adicional de cerca de R\$ 18 milhões. E, finalmente,
220 foi proposto um aumento de bolsas de auxílio de moradia de estudantes de R\$
221 200 mil para sete meses, que totalizam, portanto, no ano de 2015, mais R\$ 1,4
222 milhão. Este grande total corresponde aos R\$ 35 milhões de despesas
223 adicionais de custeio e capital que comentávamos anteriormente. Além disso,
224 uma outra rubrica que trabalhamos foi justamente o impacto do reajuste
225 proposto pelo CRUESP e, também, os dados já consolidados do PIDV. Como
226 todos sabem, o PIDV alcançou um resultado bastante auspicioso, na medida
227 em que conseguimos fazer uma redução do quadro de pessoal, que resultará
228 em uma economia no ano de 2015 de cerca de R\$ 152 milhões. Este é um
229 impacto positivo, evidentemente estamos gastando valores que não
230 beneficiarão a Universidade apenas em 2015, mas daqui para frente,
231 considerando que estamos cortando custos fixos, referentes à pessoal.
232 Gastamos cerca de R\$ 290 milhões ao invés dos R\$ 400 milhões originalmente
233 previstos para dezembro do ano passado, quando trouxemos a proposta de
234 implementação do PIDV. Estes são os pontos fundamentais que motivaram
235 nossa revisão do orçamento. Caminhando ponto a ponto, temos, no que diz
236 respeito ao repasse, uma redução de R\$ 189,5 milhões previstos para o
237 orçamento deste ano de 2015 em relação ao que foi originalmente colocado em
238 dezembro de 2014. Nós temos aquele acréscimo de R\$ 35 milhões referentes

239 às despesas de custeio que não foram originalmente previstas e, também,
240 possuímos um gasto com folhas de pagamento de R\$ 125 milhões, totalizando,
241 desta forma, o reajuste salarial incorporado com a proposta do CRUESP. Dito
242 isso, identificamos que o nosso orçamento, em comparação com o
243 apresentado em dezembro do ano passado, está R\$ 142 milhões acima
244 daqueles R\$ 988 milhões previstos como *déficit* para o ano de 2015, ou seja,
245 passaremos a ter um *déficit* de R\$ 1,130 bilhão para 2015. Todavia, a COP
246 entende que estamos, realmente, indo muito além para o que seria saudável
247 para uma Universidade, fizemos uma proposta para que a Administração faça
248 uma zelosa vigilância sobre os gastos que teremos nestes oito meses a partir
249 de abril até o fim do ano, em dezembro, para que tenhamos um *déficit* que não
250 supere os R\$ 988 milhões identificados no final do ano passado. Poderíamos,
251 como COP, fazer propostas de cortes no orçamento e atividades da
252 Universidade, entretanto, em discussão com os membros da COP, entendemos
253 que esta seria uma proposta inadequada, na medida em que as gorduras ou as
254 possibilidades de cada uma das Unidades e atividades da Universidade são
255 diferentes. Em outras palavras, propor qualquer redução percentual linear para
256 as atividades da Universidade não seria adequado. O que sugerimos para o
257 Conselho Universitário é que este encolhimento do orçamento de 2015 seja
258 administrado no âmbito da Administração Central e das próprias Unidades,
259 evidentemente, vamos procurar apoiar todas as medidas, passíveis de serem
260 implementadas, que permitam ir ao encontro desta desejada redução. Ou seja,
261 nosso propósito é, efetivamente, virar o ano de 2015 com um *déficit* não
262 superior àqueles R\$ 988 milhões já estimados em dezembro do ano passado.
263 A COP entende que esta é uma proposta que beneficia os docentes e
264 servidores da Universidade de São Paulo, procurando manter o poder
265 aquisitivo de suas remunerações e, com isso, propomos um esforço adicional
266 para que terminemos 2015 com aquele *déficit* previsto originalmente em
267 dezembro do ano passado. Sendo assim, estas são as propostas que a COP
268 traz neste momento, para a apreciação dos senhores e estamos a disposição
269 para quaisquer comentários.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada**: “Gostaria
270 de perguntar se ao estudar todos esses dados para essa nova previsão
271 orçamentaria, inclusive de reajuste salarial, está previsto nestes dados, os
272 reajustes dos dois benefícios sociais, auxílio alimentação e auxílio refeição;

273 porque esses dois benefícios estão congelados, desde 2013. O ano passado,
274 assim que se iniciaram as negociações com a Comissão Permanente, a
275 comissão ficou responsável de trazer a reivindicação dos trabalhadores para o
276 Co e não trouxe. Então gostaria de saber se nestes números estão incluídos o
277 reajuste desses benefícios sociais.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:**
278 “Não. A COP considerou, mas não incorporou qualquer reajuste no vale
279 alimentação e no vale refeição. Pelos levantamentos que fizemos, constatamos
280 que estamos bastante em dia com os valores praticados, não só pelas outras
281 irmãs, UNICAMP e UNESP, mas também em relação ao bolsa família, no que
282 tange ao vale alimentação. Então, isso foi colocado, sem dúvida alguma, para
283 discussão no âmbito da COP; todavia foi entendido como isto não estaria
284 sendo contemplado, ao contrário, preferimos recepcionar a proposta do
285 CRUESP que, de certa forma, já corrige a inflação.” **M. Reitor:** “Pergunto se há
286 mais algum pedido de esclarecimento, sem argumentação, apenas
287 esclarecimento.” **Cons. José Otávio Costa Auler Júnior:** “Se entendi bem, o
288 senhor projetou um *déficit* de quase um bilhão, é isso?” **Cons. Adalberto**
289 **Américo Fischmann:** “O *déficit* que tinha sido projetado no final do ano
290 passado era de R\$ 988 milhões de reais. Com a nova revisão feita, esse *déficit*
291 passaria a ser – com mais R\$ 142 milhões – um total de R\$ 1,130 bilhão.”
292 **Cons. José Otávio Costa Auler Júnior:** “Tem reservas para absorver isso ou
293 esta situação ficará em aberto?” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:**
294 “Existem reservas para absorver os R\$ 988 milhões, até mais, todavia a
295 proposta da COP é de que não se use toda essa reserva. Essa provisão foi
296 feita exatamente para enfrentar períodos de escassez. Não estamos
297 entendendo que a provisão é um segundo orçamento. Estamos em uma
298 situação de saída dessa problemática”. **Cons. Marcos Nogueira Martins:**
299 “Professor Adalberto, naquela ‘Tabela 1’ dos gastos não previstos, um deles se
300 refere ao realinhamento das tarifas públicas, que é de R\$ 18 milhões, valor não
301 desprezível. No entanto, pelo menos, na parte da conta de eletricidade, 30%
302 dela se reverte em ICMS; esse aumento efetivo das tarifas públicas foi
303 considerado na previsão de arrecadação do ICMS? Estas novas tabelas
304 incorporam isso ou podemos ter uma surpresa agradável por um aumento do
305 ICMS, por conta do aumento das tarifas?” **Cons. Adalberto Américo**
306 **Fischmann:** “Este balanço foi estudado pela COP e existem os dois impactos,

307 o negativo, no aumento das tarifas e o positivo, com aumento da arrecadação
308 do ICMS. No final das contas, entendemos que deveríamos fazer essa nova
309 alocação dos recursos adicionais para utilidades públicas de R\$ 18 milhões
310 para esse ano de 2015.” **Cons. Bruno Sperb Rocha**: “Meu pedido de
311 esclarecimento é propriamente à Presidência do Conselho. Quero perguntar –
312 considerando a forma como foi encaminhada a votação do Conselho a respeito
313 do reajuste salarial do ano passado – como encaminharemos o processo de
314 votação. Será positivo ou negativo ao parecer da COP, ou se abrirá a
315 possibilidade de votação em diferentes propostas, considerando a negativa ao
316 parecer da COP, que é indefinida, pois agrupa coisas radicalmente opostas,
317 como, por exemplo, ser contra a qualquer reajuste ou ser contra este,
318 justamente por ser a favor de um reajuste maior – como esse do atendimento
319 da reivindicação das entidades do Fórum das Seis, nas três estaduais que é de
320 11,6%, que é o que acho que deveria ser posto em votação, para permitir a
321 expressão das diferentes posições democraticamente.” **M. Reitor**: “Votaremos,
322 como sempre se fez neste Conselho desde que ele existe, o parecer que aqui
323 foi apresentado pela COP, que é com as restrições apresentadas e os avisos
324 de cuidados necessários, um parecer que recomenda a adoção deste reajuste
325 e recomenda medidas adicionais de controle orçamentário. Se essa proposta
326 não for aprovada, estudaremos outra opção, mas o primeiro passo sempre foi a
327 votação da proposta aqui apresentada, com o parecer da Comissão de
328 Orçamento e Patrimônio.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Junior**:
329 “Considerando os ganhos financeiros desse ano e esse aumento de gastos,
330 qual é a previsão que chegaremos com as reservas ao final do ano?” **Cons.**
331 **Adalberto Américo Fischmann**: “Temos alguma coisa entre R\$ 1,6 bilhão e
332 1,7 bilhão nas provisões ainda hoje. Se imaginarmos que vamos consumir algo
333 em torno de R\$ 908 milhões, sobrarão cerca de R\$ 612 milhões ou, no
334 máximo, R\$ 712 milhões para provisão restante, além de 2015”. **M. Reitor**: “A
335 isto se acrescente os ganhos financeiros neste período que não sei calcular
336 assim facilmente de cabeça.” **Cons.ª Dulce Helena de Brito**: “Minha dúvida é
337 quanto a questão do PIDV, houve uma sobra, pois tinha sido previsto R\$ 400
338 milhões e sobrou aproximadamente R\$ 229,6 milhões, que não sei muito qual o
339 destino dessa sobra. Vai ser outro PIDV?” **Cons. Adalberto Américo**
340 **Fischmann**: “A autorização que o Conselho Universitário concedeu, em

341 dezembro do ano passado, é que a Universidade poderia fazer um PIDV de um
342 montante máximo de até R\$ 400 milhões. A Universidade recebeu uma adesão
343 de 1.382 funcionários, que representa um gasto de cerca R\$ 290 milhões. Em
344 outras palavras, houve um não consumo de R\$ 110 milhões, que está dentro
345 do orçamento, ou seja, gastou-se menos do que inicialmente foi previsto.
346 Todavia, os impactos desse PIDV vão se estender por muitos anos. Para 2015,
347 vamos ter uma redução de cerca de R\$ 152 milhões, que é muito significativo
348 para o nosso orçamento. E esse impacto terá efeitos para os anos seguintes de
349 uma forma muito forte.” **M. Reitor:** “Só um complemento ao que o Conselheiro
350 Carlotti perguntou, que é ‘qual é a previsão de *déficit* total no final do ano’. É de
351 R\$ 988 milhões. Ele informou que temos agora cerca de R\$ 1,6 bilhão, mas
352 nestes R\$ 988 milhões, gastamos uma quantidade apreciável, talvez um R\$
353 290 milhões ou R\$ 300 milhões, que estão computados no resto da reserva.
354 Encerramos as inscrições para aqueles que queriam pedir esclarecimentos,
355 agora abriremos para aqueles que querem se manifestar sobre o conteúdo das
356 propostas.” **Cons. João Cyro André (Apresentação):** “Vou falar rapidamente
357 sobre os primeiros *slides*, vou me fixar na apreciação da proposta. O que não
358 há dúvida nenhuma é a situação que o panorama econômico financeiro, tanto
359 do Estado quanto da Federação é muito ruim; isso já foi dito, não irei retomar
360 esse assunto. Quero apontar duas alíneas nessa tabela: a dotação
361 comparando 2014 com 2015, na parte de custeio, que subiu de R\$ 577 milhões
362 para R\$ 742 milhões, o que significa um aumento de 28,73% nessa dotação.
363 Estou usando os números da COP, não usei nenhum número que não fosse da
364 COP, portanto, houve um aumento significativo na dotação de custeio, de 2014
365 para 2015 e um total de expectativa de arrecadação de 8,6% de aumento de
366 2014 para 2015. Nas metas orçamentárias que tínhamos estabelecido, a
367 receita do tesouro esperada era de R\$ 4,838 milhões e foi realizado R\$ 4,640
368 milhões, que ainda é uma estimativa, não é o valor efetivado, que vai depender
369 de arrecadação futura com a perspectiva negativa de desempenho da
370 economia paulista, o que dá até neste momento uma previsão de -3,92%.
371 Despesas com pessoal está estimado em R\$ 5,083 milhões, isso foi a
372 estimativa em 09.12.2014, esse valor de R\$ 5,083 milhões caiu para,
373 aproximadamente, R\$ 5 milhões nesse momento e as despesas com custeio
374 de R\$ 742 milhões, o déficit orçamentário R\$ 988 milhões e, respondendo a

375 pergunta de um conselheiro, o saldo das reservas que está previsto para 31 de
376 dezembro é de R\$ 736 milhões. O que percebemos nessa tabela representada
377 pela COP são três itens que me chamaram a atenção: um é o valor do auxílio
378 alimentação e refeição, que consomem 6,6% de todas as despesas da parte de
379 'Pessoal' e o reflexo dos reajustes em maio, 4% e, em outubro, 3,9%. O que
380 está sendo considerado um grande esforço pelo CRUESP, ele reflete um ponto
381 de vista realista, não pessimista, mais realista insustentável para atingir o
382 equilíbrio fiscal da USP e das Universidades paulistas. Então, não há dúvida de
383 que teremos que fazer, ou corte de despesas, ou geração de novas receitas.
384 Existem várias formas de se fazer cortes e de se fazer geração de novas
385 receitas, e a pressão desse equilíbrio fiscal da USP é uma responsabilidade
386 direta, principalmente, dos gestores, que são Reitor e Diretores, também
387 compartilhado pela COP e subsidiariamente por toda a comunidade uspiana. O
388 que deve se destacar, o que está em jogo e que também é muito importante é
389 que a vinte e sete anos atrás se conquistou a autonomia administrativa e
390 financeira da Universidade. Quem é mais novo não lembra o que significava os
391 aumentos salariais e o aumento da dotação da Universidade todo ano nas
392 discussões com os governos do Estado, havia uma política de governo e não
393 uma política de estado como hoje. Essa é uma conquista que tem que ser
394 preservada e ela está em risco. Trata-se de conquista excepcional, que evitou
395 a continuidade de negociação anual, que dependia da visão do governador em
396 exercício e que se transformou no que era uma política de governo, porque
397 variava de governo para governo em uma política de estado, o que é
398 importante, porque deu estabilidade para a Universidade. Na oportunidade,
399 esse é um documento escrito pelo José Goldemberg no ano passado, que o
400 valor de 'Pessoal' fosse 80% do orçamento da Universidade. Entendo que hoje,
401 o valor de 85% mais ou menos 5% é um número realista para a situação do
402 momento. As conclusões que gostaria de encaminhar são as seguintes: queria
403 apoiar o aumento sugerido pelo CRUESP com as seguintes modificações no
404 orçamento da USP, conforme se mostra na tabela 2, que mostrarei na
405 sequência. Primeiro, que os reajustes salariais e o aumento de custeio não
406 previsto sejam compensados claramente na alínea 'Custeio', quero dizer, que
407 seja uma responsabilidade e não mais como uma recomendação, mas como
408 uma determinação desse Conselho Universitário para que, efetivamente, esses

409 valores sejam retirados do 'Custeio' em uma distribuição, que não a distribuição
410 proporcional, mas que seja uma distribuição de acordo com o que for
411 estabelecido entre o Reitor e os Diretores. Não é uma missão fácil, mas a
412 nossa missão já é difícil pela sua própria natureza. Finalmente nessa tabela
413 que se apresenta em seguida, isso está indicado e, se assim for feito, a
414 utilização dos recursos financeiros seria não de R\$ 988 milhões, mas de R\$
415 933 milhões, já que os adicionais de custeio não previstos e de reajuste salarial
416 deveriam estar nessa redução de custeio, que iria para R\$ 933 milhões. O
417 custeio então passa a ser de R\$ 581 milhões, que é ainda um valor superior ao
418 de 2014, que era de R\$ 577 milhões. Minha manifestação é no sentido de que
419 esse Conselho Universitário estabeleça o limite de R\$ 988 milhões, que foi
420 recomendado pela COP, mas gostaria que passássemos da recomendação
421 para a determinação e que fosse cumprido esse limite, para não termos
422 surpresas e para não comprometer, inclusive, o ano de 2016, já que entendo
423 que ele esteja parcialmente comprometido com a reserva de setecentos e
424 poucos milhões. Se isso for aprovado, bem; se não for aprovado, minha
425 proposta é que se reduza ainda um pouco mais e passemos para 'Custeio' o
426 valor de R\$ 581 milhões." **M. Reitor**: "Professor, há de se considerar o
427 seguinte: 2014 há investimentos - dotação de R\$ 577 milhões, isso é o que foi
428 consumido em 2014, é esse valor que o senhor está estabelecendo. No
429 entanto, a proposta de 2015, de R\$ 742 milhões, estão incluídos os R\$ 400
430 milhões do PIDV. Estou certo?" **Cons. João Cyro André**: "Creio que não. Está
431 separado. Os R\$ 742 milhões são só o custeio mesmo. Inclusive, gostei mais
432 da primeira tabela que foi distribuída." **M. Reitor**: "Foi distribuída uma segunda
433 tabela com correções." **Cons. João Cyro André**: "A segunda tabela era só
434 apropriação de valor, quero dizer, o benefício do PIDV na segunda tabela foi
435 apresentado explicitamente, enquanto que na tabela anteriormente distribuída,
436 ele estava já contido no 'Pessoal'." **M. Reitor**: "Tudo bem. Estamos
437 esclarecidos." **Cons. Benedito Honório Machado**: "Inicialmente quero
438 cumprimentar o Prof. Zago pela iniciativa, pela nossa história recente, de fato,
439 inovadora e, mais do que inovadora, ela é civilizada. Espero que esse
440 procedimento persista ao longo da história dessa Universidade uma vez que as
441 partes envolvidas não são adversárias e têm, efetivamente, as metas comuns
442 de fazer - como já fizeram e continuarão fazendo - dessa, a maior e a melhor

443 Universidade pública do Brasil. Dito isso, quero inclusive dar apoio ao nosso
444 Reitor como representante nessa negociação junto ao Fórum das Seis e aos
445 dois outros Reitores das estaduais paulistas. E penso que o índice apresentado
446 pela COP deve ser entendido como o piso e não como limite superior, até para
447 que o nosso Reitor possa ter manobra política em uma negociação que todos
448 sabemos que não é essencialmente dos indicadores de reajuste salarial e tem
449 vários componentes políticos que temos que lembrar. Antes desses
450 componentes políticos, temos que destacar o seguinte: a proposta da COP é
451 interessante, do ponto de vista que ela corresponde a 7,31% a partir de
452 primeiro de outubro; a partir de maio são 4%, fiz na estrada um cálculo atuarial
453 e o aumento médio - e essa é outra dificuldade que tive, estamos falando da
454 data base maio a maio ou ano fiscal de 2015, o que faz uma diferença
455 tremenda, os economistas podem me corrigir com absoluta desenvoltura, não
456 estamos falando da mesma coisa, pois mês a mês no ano fiscal é uma coisa,
457 se olharmos o reajuste de agora, maio 4% até outubro mais 7,21% a partir de
458 1º de outubro, nas minhas contas - e peço ao Prof. Rudinei, se estiver
459 presente, que me corrija - isso corresponde a cerca de 5,37%, uma vez que no
460 próprio documento escrito pelo Prof. Rudinei, ele diz que o reajuste salarial terá
461 um impacto de R\$ 125,15 milhões, o que é superior ao R\$ 121,41 milhões
462 previstos, que aprovamos o ano passado. Estou de pleno acordo, só que os R\$
463 121,41 milhões correspondem a 4,8%, logo R\$ 125,15 milhões só pode
464 corresponder, pelos meus cálculos aproximados, a 5,37%. De forma que,
465 inclusive para o nosso Reitor ter margem de manobra e como veremos depois
466 na discussão da revisão do orçamento - e pleno respeito a COP-, mas nos
467 meus modestos cálculos de não economista, mas um mero curioso nesses
468 números e tive três horas e meia de Ribeirão Preto até aqui para fazer essas
469 contas, temos margem de manobra. E isso que o nosso Reitor tem que ter
470 essa margem de manobra, inclusive porque, do ponto de vista político, dentro
471 desse novo status de civilização das relações do CRUESP com o Fórum da
472 Seis, temos que ir juntos à Assembleia Legislativa e o próprio Reitor já
473 mencionou a questão do teto do subsídio do STF. Esse é um dos pontos,
474 temos cinco ou seis outros pontos que temos que negociar na Assembleia
475 Legislativa, como por exemplo, o Governo de São Paulo propõe um teto de
476 9,57%, quando os próprios Reitores, no ano passado, no CRUESP, fizeram

477 uma proposta para o Governo Estadual de 9,9% - se não estiver equivocado.
478 Temos que ter esse momento histórico das relações entre os Dirigentes da
479 Universidade e o Fórum das Seis, para que possamos, conjuntamente,
480 negociar, e o ambiente, de fato, é a Assembleia Legislativa. Negociar não o
481 teto de 9,57%, mas o piso de 9,57%. Temos que negociar o repasse da
482 questão da nota fiscal paulista, que é a questão que fará uma tremenda
483 diferença, imediatamente, no orçamento da Universidade, como a questão
484 habitacional, como a questão das multas e juros de mora do ICMS que não são
485 integrados ao cálculo do ICMS. Portanto, nesse cenário, do ponto de vista
486 político, o nosso Reitor se sentirá muito mais confortável se aprovarmos a
487 proposta da COP, mas tendo o Reitor total e plena liberdade de negociar para
488 cima, obviamente, em função do que iremos discutir na revisão do orçamento.”

489 **Cons. Oswaldo Baffa Filho**: “Estamos discutindo hoje uma questão que é
490 essencial para a Universidade, que é a nossa sustentabilidade. Até agora
491 falamos muito sobre o eixo da sustentabilidade financeira. O Prof. João Cyro
492 fez uma proposta, o Prof. Benedito fez outra, acho que existe margem para
493 economizarmos recursos de custeio e gostaria de chamar a atenção para um
494 ponto, que é o das utilidades públicas. Observei que temos R\$ 18 milhões para
495 pagar utilidades públicas. Lembro-me que há um bom tempo atrás - o Prof.
496 Massola deve se lembrar disso - tínhamos aqui vários programas que
497 estimulavam a economia dessas utilidades; esses programas praticamente
498 desapareceram, não ouvimos falar deles. Hoje, coincidentemente, fui à
499 Unidade do Prof. Adalberto e vi lá vários cartazes estimulando as pessoas a
500 economizar energia elétrica, água e telefone. Temos, hoje, na USP, um
501 sistema em que todos os *campi* estão interligados para fazer ligação telefônica
502 *campi a campi* como se fosse uma ligação interna, e fazer ligação de uma
503 cidade para outra utilizando o PABX dessa outra cidade como se fosse uma
504 ligação local. Pouca gente sabe disso e pouca gente utiliza. Parece pouco, mas
505 se economizarmos 10%, seria R\$ 1,8 milhão que poderia ir para outras
506 despesas, como foi para o auxílio à moradia estudantil. Se nos debruçarmos
507 sobre o orçamento, fizermos um esforço, iremos encontrar várias outras
508 possibilidades. Vi, também, que no Plano de Metas temos uma lista de obras
509 bastante extensa, que está sendo prometida para este ano. Pergunto-me se
510 este é o ano de fazer obras, quando estamos passando por uma situação como

511 esta. Essa é a dimensão financeira da nossa sustentabilidade. Eu, como
512 representante dos Professores Titulares, venho sido cobrado sob a dimensão
513 acadêmica dessa sustentabilidade. Sabemos que os nossos salários de
514 docentes estão achatados. Dei-me ao trabalho de comparar os nossos salários
515 da USP e as Estaduais com os das Universidades Federais nesse país e noto
516 que, a nível de Doutor, os nossos salários são equivalentes aos das federais,
517 mas quando se passa para Associado e Titular, quase todos os nossos salários
518 são cerca de 10% menores do que nas instituições federais. Isso não é pouco
519 e me preocupa, porque se não oferecermos um salário digno para os nossos
520 docentes, de modo a atraí-los e fixá-los aqui, as pessoas irão começar a
521 considerar outras opções. Já foi dito aqui que em cidades como São Carlos,
522 São Paulo, há outras opções, há instituições federais aqui e as pessoas podem
523 começar a cogitar essa possibilidade. Fiquei contente de ver o Magnífico Reitor
524 cutucar a questão do teto, porque muitos de nós, como eu, já poderia se
525 aposentar e não o fazemos para dedicar ainda a nossa energia a essa
526 Universidade, e vejo que aquilo que a Universidade nos dá, que é o abono de
527 permanência, o governo do Estado nos tira com o teto. Isso é uma outra
528 questão crucial que tem que ser atacada. Gostaria de encaminhar
529 favoravelmente esta proposta, porque ela está no limite do que é possível, no
530 limite do que é factível, com as ponderações que já foram colocadas de que
531 cada Diretor, a COP, enfim, procure se encontrar um mecanismo para que
532 possamos ver o que é possível economizar e não esquecer que nos próximos
533 anos teremos que olhar para esse importante segmento da Universidade, que é
534 o corpo docente. Se não tivermos um corpo docente bem remunerado, não
535 temos Universidade. Esse é um ponto que tem que entrar na pauta, em algum
536 momento terá que ter, sim, aumento diferenciado, visto que existe um
537 desequilíbrio entre o corpo docente e o corpo não docente, essa é uma questão
538 que teremos que enfrentar. Pode parecer contraditório, mas não é, porque a
539 sustentabilidade da Universidade depende desses dois vetores.” **Cons.^a**
540 **Gabriela Soldera Ferro**: “Gostaria de falar que estamos debatendo a questão
541 orçamentária obviamente em um momento de crise, inclusive nacional,
542 estadual e, claramente, os cortes estão vindo nos setores da educação como
543 um todo. Não cabe somente à Universidade de São Paulo aceitar o que é nos
544 trazido de cima para baixo, inclusive do governo do Estado, agora que quis

545 mudar o orçamento e a forma da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Voltou atrás,
546 mas acho que existe um debate que é feito, inclusive pelo CRUESP e pelo
547 Fórum das Seis, em relação ao orçamento. O Fórum das Seis manifesta-se
548 favorável que se aumente o orçamento para 11,6% do ICMS e quero dizer que
549 é justo e democrático que exista essa proposta, como disse o Conselheiro
550 Bruno, para que seja votada, para que as diferenças que existem dentro do
551 Conselho Universitário possam se expressar na votação, porque existem
552 outras propostas, o próprio CRUESP não é a favor da proposta atual de 9,57%,
553 é a favor de que se aumente. Quero fazer esse pedido para que seja colocado,
554 sim, para que possamos votar, porque os estudantes são a favor de 11,6%, e
555 não cabe votarmos somente a favor ou contra a atual proposta que veio da
556 COP e não conseguir expressar a nossa opinião, que é a opinião da grande
557 maioria dos estudantes, isso seria justo. Gostaria de fazer esse pedido e acho
558 que também cabe à Universidade de São Paulo, ao Conselho Universitário,
559 que é quem representa a Universidade - em minha opinião, de forma não tão
560 representativa -, mas, também, exigir do governo que não seja a USP e
561 nenhuma das Universidades Estaduais e nenhum nível da educação, que sofra
562 diretamente com a crise, porque não podemos aceitar, baixar a cabeça
563 simplesmente para isso, sendo que a educação é cortada. Acho que existe um
564 elemento político aí de que temos que exigir mais investimentos, não pode ser
565 que a Universidade continue se sucateando, se desmontando e o Conselho
566 Universitário vote como se isso fosse uma questão simplesmente técnica e não
567 houvesse uma discussão com o próprio governo do Estado.” **Cons. Carlos**
568 **Gilberto Carlotti Júnior**: “Na equação desse reajuste salarial vários fatores
569 que são considerados. Se víssemos o cenário externo e fôssemos ver
570 friamente os nossos números, talvez optássemos por um aumento zero. Se
571 temos posições que levam esse aumento até 13%, 14% ou mais, se
572 considerarmos os reajustes dos vales, acho que essa proposta acabou
573 encontrando um meio termo bastante razoável entre esse número frio e esse
574 aumento, do ponto de vista político, para que a Universidade possa continuar a
575 trabalhar e não tenhamos nenhuma interrupção grande dos trabalhos que
576 estamos aqui para realizar - as atividades-fim. Temos que lidar com dinheiro
577 porque somos obrigados, o que gostaríamos mesmo é somente estar
578 pensando nas atividades-fim da Universidade, então coloco-me favorável a

579 essa fórmula, porque encontra esse ajuste, esse balanço entre as diversas
580 posições, as diversas possibilidades que teríamos que fazer, sem uma perda
581 salarial. Mas, também acho que não é hora de fazermos reposição diante de
582 toda essa crise institucional que estamos vivendo. Fiquei só um pouco
583 preocupado em relação a várias falas em relação a custeio das Unidades.
584 Concordo com o realinhamento, com grandes programações, mas o custeio
585 das Unidades, eu, como Diretor, vejo que está no limite do que podemos fazer.
586 Lembrando que no ano passado tivemos 35% de diminuição de custeio da
587 Universidade, se pegarmos mais os 8% de inflação desse ano, teremos perdido
588 43% do custeio. Acho que temos que tomar muito cuidado em fazer essa
589 diminuição, porque aí sim estaríamos atrapalhando as atividades-fim. Não
590 adianta termos salários e não termos condições para dar as nossas aulas e
591 condições de ensino, de forma que tomaria muito cuidado com esse custeio
592 das Unidades. Quero trazer mais uma equação, que é muito importante na
593 minha Unidade, que é a reposição do quadro docente. A minha Unidade é
594 antiga, sessenta e dois anos de idade, e temos um corpo docente
595 relativamente experiente. No ano passado tivemos uma perda de quatro
596 professores, esse ano, nove e o ano que vem, treze professores. Não dá para
597 manter a qualidade de ensino com essa perda, então, solicitaria à COP que
598 para a equação do ano que vem, colocássemos já alguma reposição de corpo
599 docente, porque aí sim teremos dificuldades. E me coloco também a favor da
600 fala do Magnífico Reitor e do Prof. Baffa; tenho certeza que é um sentimento de
601 todos, que é esse teto constitucional que estamos sendo submetidos. Isso está
602 achatando os salários da Universidade, e isso não é só para professor,
603 professores e funcionários já estão submetidos ao teto constitucional. Isso é
604 um problema que acho que, politicamente, devemos agir de uma maneira
605 bastante intensa para que isso seja revisto, que a carreira continue atrativa
606 para os jovens que pensam, no futuro, entrar na Universidade. Já tivemos
607 grandes perdas, a aposentadoria integral, acho que pesou muito nos jovens
608 que estão pensando em entrar na Universidade, e se tivermos só notícias
609 negativas para esses meninos, eles não irão entrar na Universidade, irão
610 procurar outras atividades que encontrem mais vantajosas.” **Cons.^a Marcela**
611 **Silva Carbone**: “Quero começar falando sobre algo que o Prof. Adalberto disse
612 sobre o impacto do PIDV, acho que estamos vendo, sim, o impacto do PIDV,

613 mas esse impacto é bastante negativo, em minha opinião. Tem impacto, por
614 exemplo, no Hospital Universitário que está sendo desmontado, também gera
615 impacto no ensino, com o fechamento de uma série de laboratórios, tem
616 impacto nas condições de trabalho dos funcionários, que ficam mais
617 sobrecarregados. E com essa política de jogar a crise para cima dos
618 trabalhadores e também do corpo estudantil, é como se a Universidade de São
619 Paulo e o seu Reitor entrassem na rota de todos os governos, do PT, do PSDB,
620 do PMDB, que acham que quem tem que pagar a conta de uma crise, que foi
621 contraída pelos mais ricos do país, são os trabalhadores e a juventude, com
622 uma série de medidas provisórias e projetos de leis para atacar ainda mais os
623 trabalhadores. Acho indignante que isso se reflita na Universidade de São
624 Paulo. Em minha opinião, essa proposta de reajuste vai nesse sentido também,
625 porque ela não cobre totalmente a inflação. E, nesse sentido, estamos
626 acompanhando a discussão do ICMS e acho que temos que pensar: a USP e
627 as duas Universidades Estaduais expandiram-se bastante desde 1995, com a
628 anexação do *campus* de Lorena e a construção da USP Leste, UNICAMP
629 Limeira, mas desde 1995 o investimento da USP, o investimento nas
630 Universidades Estaduais Paulistas não aumenta. Aumentamos em tamanho,
631 expandimos, mas não aumenta o investimento, o que, na prática, significa que
632 desde 1995 estamos perdendo investimento na Universidade, na medida em
633 que expandimos. Então, nesse momento alarmante de crise, de fato, os 9,57%
634 representam menos dinheiro para a Universidade, e o próprio CRUESP, como
635 bem colocou o professor da Faculdade de Ribeirão Preto, já se posicionou
636 dizendo que o mínimo deveria ser 9,9%. A reivindicação do Fórum das Seis, da
637 qual concordo, é de que seja um aumento para 11,6%. Então, acho que temos
638 que ter uma postura de, ao invés de ficar fazendo uma série de cortes na
639 Universidade e jogar essa crise nas costas dos trabalhadores e da juventude
640 da Universidade e dos professores, que façamos uma pressão sob o
641 Governador Geraldo Alckmin, que é um governador que já demonstrou que é
642 inimigo da educação, não tem diálogo com esse governador que trata as
643 manifestações como o governador do Paraná, Beto Richa, com polícia, com
644 repressão. De forma que temos que exercer pressão e é preciso fazer uma
645 reflexão: com o indicativo de greve do Fórum das Seis, o Governador Alckmin
646 já recuou, ele tinha colocado como se fosse o máximo de 9,57% e recuou.

647 Como ficou, em minha opinião, ainda é um ataque, ainda é corte e, nesse
648 sentido, temos que ter uma postura de pressionar. Essa tem que ser a saída
649 para a Universidade, aumentar o investimento, mais verbas para a educação.
650 Quando invertermos essa lógica de sempre salvar os lucros, de só priorizar os
651 grandes empresários e passar a priorizar a educação e os trabalhadores, aí
652 sim iremos começar a ver, de fato, melhorias. Por último é preciso ressaltar
653 mais uma vez a falta de democracia da Universidade de São Paulo, porque, em
654 primeiro lugar, existe outra proposta, que é a de 11,6% de reajuste. É um
655 absurdo que isso não possa ser votado aqui. Em minha opinião, não deve nem
656 ser votada essa proposta de 7%, porque isso impede, trava uma possibilidade
657 de negociação entre o CRUESP e o Fórum das Seis, que é algo conquistado
658 pelas categorias das Universidades. É muito ruim. Não faz sentido votarmos
659 isso, impor isso aos Reitores da UNESP e da UNICAMP e a todas as outras
660 categorias das três Universidades. Temos que repensar para garantir a
661 democracia da Universidade e para que todas as vozes possam se expressar
662 dentro desse Conselho Universitário.” **Cons. Marcos Nogueira Martins:**
663 “Quero fazer comentários a respeito dos que me antecederam. Gostei da
664 proposta do Prof. Cyro, apesar de achar meio radical proibir que o déficit seja
665 superior aos R\$ 980 milhões, mas acho que deveríamos fazer um esforço
666 grande de manter o déficit o menor possível e, nesse sentido, gostaria de
667 comentar a proposta do Prof. Benedito, de haver um trabalho político nesse
668 sentido, o que acho importante. Tem uma nota que saiu na 'Folha de São
669 Paulo' ontem, na seção 'Painel', chamado 'Buraco', dizendo que no primeiro
670 trimestre o governo repassou às três Universidades Estaduais R\$ 200 milhões
671 a menos que a dotação orçamentária. Em 2014, foram R\$ 345 milhões aquém
672 da previsão legal, então não precisamos nem discutir um aumento da dotação
673 orçamentária, se conseguíssemos que o governo pagasse aquilo que
674 legalmente está previsto, supondo, fazendo uma conta em que a USP fica com
675 metade disso, já corresponderia a um quarto do nosso déficit previsto. Acho
676 que valeria a pena fazermos um trabalho político na Assembleia, no sentido de,
677 pelo menos, garantir que as Universidades recebam aquilo que é legalmente
678 previsto. Por fim, gostaria de comentar a conta que o Prof. Benedito fez no
679 caminho. Concordo que o reajuste médio deste ano é abaixo do 7,3%, deve
680 ficar nos 5%, porém, acho que a proposta tem a virtude de reajustar o salário

681 para o ano que vem no nível que recompõe a inflação, de forma que na
682 discussão do reajuste do ano que vem, estarmos com um salário que foi
683 corrigido integralmente pela inflação, ou seja, a perda salarial é contida neste
684 ano a partir do ano que vem, dependendo da proposta recuperamos isso. Fica
685 como um pedágio que estamos pagando por conta da crise, mas isso não se
686 reflete para o futuro em um achatamento de salários. Sou favorável a essa
687 proposta nesse sentido.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada**: “Os
688 funcionários da USP rejeitam essa proposta formulada pelo CRUESP e
689 reivindicamos 11,6%, coincidentemente com o mesmo 11,6% que
690 reivindicamos do repasse do ICMS às Universidades Estaduais Paulistas.
691 Gostaria de corrigir a fala do Presidente do CRUESP, quando disse que um
692 dirigente sindical gostou da palavra ‘inovação’. Não gostou não, porque o que o
693 senhor disse na reunião do CRUESP e do Fórum das Seis é que quem iria
694 decidir o reajuste salarial seria esse Conselho Universitário. Realmente, isso
695 para nós é uma ‘inovação’ porque quem decide salário é o CRUESP e até
696 gostaria de fazer uma pergunta para o senhor. Lá o senhor ofereceu 4% a
697 partir de primeiro de maio e 3,09% a partir de primeiro de outubro, e para esse
698 Conselho que tem 32% dos seus membros envolvidos com fundações e cursos
699 pagos, acho que reajuste salarial aqui não significa nada. E se eles disserem
700 para o senhor que é 0%, como é que o senhor fica? Quero corrigir isso, porque
701 não gostamos. O senhor disse que isso é inovação e a Universidade deve
702 inovar certo, agora, não gostamos dessa inovação, como também estamos
703 contrapondo a essa política de desmonte da Universidade de São Paulo com o
704 fechamento de serviços, com desvinculações dos hospitais universitários, dos
705 centros de saúde, a não contratação de funcionários e o próprio corte nos
706 orçamentos das Unidades e outra questão também, o avanço do processo de
707 terceirização. Engraçado, não tem dinheiro para contratar funcionário, mas
708 acaba de ser publicado no Diário Oficial processo licitatório para contratar uma
709 empresa para cuidar dos biotérios, com certeza a empresa irá ganhar muito
710 mais do que se o senhor contratasse funcionários. Não aceitamos esse
711 reajuste, iremos lutar pelos 11,6% e dia 14 o movimento já demonstrou a sua
712 força, fez com que o governo Geraldo Alckmin recuasse da sua proposta de
713 mudança do projeto da LDO e iremos também lutar junto à Assembleia
714 Legislativa pelos 11,6% do repasse do ICMS para as Universidades Estaduais

715 Paulistas. Estou olhando bem para cada fisionomia de professores e
716 professoras, porque nunca vi nenhum deles lá na Assembleia Legislativa
717 solicitando verbas. Irei olhar bem, porque quero, no momento em que o
718 movimento Fórum das Seis estiver na Assembleia Legislativa gostaria que
719 cada um de vocês também fosse apanhar da polícia e cheirar um pouquinho de
720 gás lacrimogênio para reivindicar mais verbas para a educação, porque não é
721 só mais verbas para as Universidades Estaduais Paulistas não. Recordo-me da
722 fala do Prof. Zago no primeiro Conselho Universitário, quando ele disse que
723 éramos um pouco egoístas, que víamos só o nosso umbigo, que deveríamos
724 lutar também pela educação como um todo. Então, gostaria que esse Conselho
725 Universitário realmente lutasse por mais verbas para as Universidades
726 Estaduais Paulistas. E vamos a luta." **Cons. Joaquim José Martins Guilhoto:**
727 Gostaria de fazer uma reflexão quanto à questão da situação econômica que
728 vivemos atualmente, não só dentro da Universidade de São Paulo, mas no
729 Estado e no Brasil. Todos estamos percebendo que o processo de ajuste que
730 está sendo feito no Governo Federal e que tem reflexo na Economia e,
731 obviamente, no Estado de São Paulo é uma questão de orçamento, ou seja,
732 em algum momento na história do Governo Federal, os gastos foram
733 superiores às receitas e em algum momento a conta tem que ser paga. Essa é
734 uma questão intertemporal, se você gasta mais hoje, vai ter que pagar lá na
735 frente de alguma forma; e se você poupa, tem como gastar mais no futuro. O
736 que acontece no momento atual é que esse período de ajuste na economia,
737 que tem que ser feito e, obviamente, acaba se refletindo em todas as
738 instituições públicas e privadas do país. Assim, no momento atual, estamos
739 discutindo um reajuste salarial dentro de uma universidade que tem seu
740 orçamento já entrando nas suas reservas e, provavelmente, no ano que vem,
741 exaurindo essas reservas. Então, temos que aprender a ter uma visão de longo
742 prazo e aprender que, por uma questão de ajuste, em longo prazo, temos que
743 restringir os gastos no momento atual, para que no futuro possamos recompor,
744 investir mais e crescer mais. Então, esse reajuste que está sendo oferecido,
745 em minha opinião, vai aquém das possibilidades que a Universidade poderia
746 ter no momento, mas dado os fatores políticos que todos nós sabemos, para
747 uma convivência pacífica e para que possamos tomar fôlego e pensarmos
748 melhor em como reestruturar os gastos e como trabalhar no futuro, acho que é

749 uma forma de termos essa paz política internamente, necessária para que as
750 coisas aconteçam e possam ser trabalhadas em termos de orçamento. Nesse
751 aspecto, sou favorável à proposta que está sendo colocada, mas temos que ter
752 em mente que é preciso ser feito um trabalho extremo, para que esse
753 orçamento seja enxugado de alguma forma, ou seja, teremos que ter, ou um
754 corte nas verbas ou alguma forma de termos mais ações com a iniciativa
755 privada, como por exemplo, desenvolvimento de parques tecnológicos mais
756 intensos dentro da Universidade de São Paulo, que poderia trazer inovações e
757 trabalhos junto com a iniciativa privada, de forma a trazer recursos para os
758 nossos cursos. Outra coisa que temos que ter em mente é que existe um limite.
759 O cobertor é curto, queremos mais verbas para a educação, mais verbas para
760 a saúde, mais verbas para segurança, etc; é justo e temos que exigir isso, só
761 que existe um limite. Se tivermos mais verbas para a universidade pública,
762 certamente vamos ter menos verbas para segurança ou para a saúde, porque
763 de algum lugar terão que sair esses recursos. Temos que estar conscientes de
764 que, neste momento de aperto e de necessidade de reflexão e de esforços de
765 todos, é necessário que nos comprometamos, porque não há a possibilidade
766 de tirarmos mais recursos do Governo Estadual e mesmo do Federal. Temos
767 que aprender a viver com aquilo que temos disponível e, ao longo do tempo,
768 ganhar fôlego, e a partir daí crescer. É um processo de ajuste que é necessário
769 ser feito e, mais do que isso, vou a favor da proposta do Conselheiro João
770 Cyro, que é encontrar formas de fazer com que o déficit orçamentário desse
771 ano fique de acordo com o previsto no orçamento do final do ano passado.”

772 **Cons. Clodoaldo Grotta Ragazzo:** “Venho me manifestar, pois tem horas que
773 penso haver uma unanimidade neste Conselho Universitário, no sentido de que
774 deveríamos ganhar mais dinheiro do Governo do Estado, mais do que 9,57%.
775 A última palavra do Conselheiro Guilhoto foi na direção contrária, mas tenho
776 que expressar minha completa discordância com relação a isso. Ninguém
777 nunca me verá na Assembleia Legislativa pedindo para aumentar esse valor.
778 Talvez para diminuí-lo, pois acho, do fundo do coração, que a educação é o
779 que pode alavancar socialmente esse país. Mas a alavanca precisa ser
780 colocada no lugar certo para funcionar, e o lugar certo não é no ensino de
781 terceiro grau. É lá embaixo, na pré-escola, no primeiro grau. E quanto do
782 dinheiro investido pelo Estado vai para 200 mil professores do ensino primário,

783 ginasial e colegial? R\$ 22 bilhões, 200 mil docentes e para nós, R\$ 5 bilhões
784 para 5 mil docentes. Isso é uma vergonha. Óbvio que não podemos chegar
785 com essa proposta e pedir que diminuam o dinheiro, pois temos uma
786 Universidade de qualidade dentro do Estado e essa qualidade não pode ser
787 perdida. Mas, um plano a longo prazo para mudar essa proporção ridícula, na
788 minha opinião, é muito razoável. E como podemos fazer isso? Ou se diminui o
789 tamanho dessa Universidade ou você encontra outras formas de
790 financiamento. A USP é uma Universidade pública e precisa encontrar outras
791 formas de financiamento, porque o dinheiro, como disse o Conselheiro
792 Guilhoto, é finito. Não tem como, ou você tira da saúde, ou da segurança, ou
793 da administração pública. Não há solução, é muita ingenuidade achar que o
794 dinheiro vai aparecer de algum lugar, que a riqueza vai surgir de algum lugar.
795 No âmbito federal, soube que 45% do dinheiro do Ministério da Educação vai
796 para o ensino superior. Era 38% há 4 anos, agora está em 45%. Não é questão
797 de ser contra a educação, mas a proporção em nosso país é absurda. Tenho
798 que falar isso, porque parece que só vêm coisas na direção contrária. Segunda
799 coisa que gostaria de dizer é com relação ao voto do reajuste de 7%.
800 Obviamente, é muito provável que votarei a favor dos 7%. Mas me pergunto se
801 não estou aqui cometendo o mesmo equívoco cometido durante a o mandato
802 do senhor Rodas. Pergunto-me como caímos nesse buraco que estamos. Há
803 coisas que foram aprovadas aqui, votadas no Conselho, bônus que não foram
804 votados aqui, mas têm aumentos, reestruturação etc, e você pergunta, quem é
805 o responsável? É o Rodas sozinho? Óbvio que não é. Agora, pergunto-me se
806 daqui um ano, alguém do meu Instituto não pode chegar a mim e cobrar: 'E
807 agora que acabou o dinheiro, você estava lá e falou o que?'. Sabe o que vou
808 responder? 'Confiei na COP'. Então, espero, realmente, que a prudência que o
809 Professor Zago falou tenha sido respeitada, porque caso contrário, vou me
810 sentir enganado de ter votado nos 7%." **Cons. Ildo Luis Sauer:** "Começo por
811 reconhecer o esforço que, como foi discutido na última reunião de dirigentes, a
812 alta administração da Universidade e a COP têm feito, no sentido de
813 estabelecer um diálogo para resolver a questão salarial. Evidentemente que
814 respeito a posição do Conselheiro Clodoaldo, e acredito que o estudo feito pela
815 COP e pela Universidade está baseado nas possibilidades. Não é o ideal, mas
816 me parece que está se estabelecendo um ponto de equilíbrio entre a

817 necessidade de restaurar o poder aquisitivo dos trabalhadores da Universidade
818 e as minguadas possibilidades do orçamento. E pior que tudo, as perspectivas
819 extremamente difíceis que estão no horizonte da economia brasileira e paulista,
820 de maneira que a situação não é fácil para ninguém. Acho que essa proposta
821 que está aí colocada, ao menos mostrou um gesto em relação à força de
822 trabalho do *máximo maximorum* do que é possível de ser feito, e, de outro lado,
823 a prudência necessária para que as coisas possam ser cumpridas sem deixar
824 sequelas, como aquelas as quais se referiu o Professor Clodoaldo, diretor do
825 IME. De forma que é preciso buscar essa saída e a maneira como a questão
826 está sendo encaminhada neste ano, me parece que irá permitir que, pelo
827 menos, não tenhamos a paralização que, cumulada com uma disputa, seria
828 muito desastrosa, porque as sequelas da paralização do ano passado ainda
829 não foram inteiramente recuperadas em todos os níveis, quer no prejuízo
830 educacional, quer no prejuízo das relações internas que precisam ser
831 mantidas. Concordo que é difícil, mas devo reconhecer aqui que esse esforço
832 me pareceu um ponto razoável de equilíbrio, portanto, merece meu
833 reconhecimento. É verdade, também, que precisamos buscar outras fontes de
834 financiamento. Estou de acordo com aqueles que acreditam que o desafio
835 básico da sociedade brasileira é a educação básica e a saúde pública. Então,
836 também entendo que aí as dificuldades são enormes. Mas, gostaria apenas de
837 dar um pequeno exemplo e aproveitar para fazer uma pequena propaganda.
838 Há situações em que, de fato, projetos de pesquisa e desenvolvimento da
839 Universidade de São Paulo podem contribuir significativamente para reduzir
840 algumas contas. Por exemplo, dia 28 de maio, vamos inaugurar, no Instituto,
841 uma pequena usina fotovoltaica, que é fruto de projeto de pesquisa e
842 desenvolvimento. Ela está situada no Instituto e no telhado da Biblioteca
843 Mindlin, com a autorização da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária.
844 Estamos gerando cerca de 1% da energia do *Campus*. O objetivo principal não
845 era gerar energia, eram sete modalidades de pesquisa, mas estamos
846 economizando, desde o ano passado, 1%. Não é muito, mas dá entre R\$ 300
847 mil e R\$ 400 mil por ano. Assim, também já temos conversado com vários
848 colegas do Instituto de Química, da Escola Politécnica e de outras unidades, no
849 sentido de que, por exemplo, a USP pode se tornar autônoma - a
850 Superintendência de Gestão Ambiental, a Superintendência do Espaço Físico,

851 a USP pode se tornar autônoma em água. Temos vários poços e temos a raia
852 olímpica, uma bacia hidrográfica. Se tratarmos o nosso esgoto e os resíduos
853 orgânicos, poderemos gerar mais 4% da energia desse *campus*. Tudo isso tem
854 como ênfase principal pesquisa, desenvolvimento e demonstração tecnológica.
855 São exemplos pequenos que acho que ajudam a contribuir com a grande
856 missão de fazermos pesquisas inovadoras e, ao mesmo tempo, reduzir nossas
857 contas, como já fazem há muito tempo muitas universidades de outros países,
858 que usam seu conhecimento para reduzir suas contas, tanto no campo
859 tecnológico, como também na área da gestão. Sou daqueles que, em quase
860 quatro anos como dirigente, tem insistido em todas as reuniões no sentido de
861 que precisamos modernizar algumas coisas. Tenho visto iniciativas
862 caminhando nessa direção, mas preocupa-me sobremaneira toda vez que
863 compramos coisas pelo orçamento Lei 8666, pagamos o dobro do valor de
864 quando uso o dinheiro da FAPESP ou do CNPq. Há algo errado nisso. Alguém
865 que tem um orçamento de R\$ 5 bilhões e um poder de compra enorme, deve
866 buscar reequilibrar este poder frente aos fornecedores. Tenho visto iniciativas
867 caminhando nessa direção, mas elas podem ser aceleradas, no sentido de que
868 as compras em conjunto/compartilhadas de serviços compartilhados podem
869 aumentar e muito. Por exemplo, fazer uma única licitação para materiais como
870 papel, cartucho e uma grande gama de produtos que são comuns a todas as
871 unidades, certamente faria com que a Universidade de São Paulo pudesse ter
872 uma redução significativa nos seus custos de suprimentos. Só quero aproveitar
873 para registrar meu agradecimento por ter compartilhado da convivência nesse
874 Conselho Universitário. A partir do próximo mês, deixo de ser diretor do
875 Instituto e de representar os Especializados. Agradeço pela convivência e pelo
876 esforço que todos estão fazendo para construir a Universidade com tão poucos
877 recursos e desafios. Ter que criar áreas novas, modernizar, manter o poder de
878 compra dos trabalhadores e dos professores, entre outros. Boa sorte a todos
879 nós. Muito obrigado.” **M. Reitor:** “Professor Ildo, muito obrigado. Foi uma
880 grande honra para o Conselho Universitário tê-lo como representante dos
881 Institutos Especializados.” Palmas. **Cons. Bruno Sperb Rocha:** “Antes de
882 entrar no conteúdo da discussão sobre reajuste, quero colocar duas questões
883 preliminares. A primeira não é uma opinião, é uma posição, portanto é uma
884 proposta, uma questão para ser encaminhada. Solicito que isso não seja

885 votado pelo Conselho Universitário da USP ou, pelo menos, não seja votado
886 como teto, como impeditivo para que o CRUESP tenha isso como limite para
887 negociação. Fazer isso é uma inovação no pior sentido da palavra inovação.
888 Aqui não se trata da preservação da tradição como valor ou qualquer coisa
889 desse tipo. O fato é que se o CRUESP deixa de ser um organismo efetivo de
890 negociação, isso vai prejudicar - e muito - as relações dentro da Universidade,
891 porque se o Conselho Universitário vota isso, não há mais negociação com o
892 CRUESP, não há mais negociação entre o Fórum das Seis e o CRUESP, não
893 há mais o principal canal de diálogo institucional entre as categorias
894 organizadas e a administração das universidades. A segunda questão
895 preliminar que quero colocar é em relação a como proceder com a votação, se
896 o que acabei de dizer for desprezado por esse Conselho Universitário e/ou pela
897 sua presidência, o Reitor da Universidade. Submeter à votação simplesmente o
898 parecer da Comissão de Orçamento e Patrimônio está muito para além de
899 antidemocrático ou autoritário. É simplesmente ignorar a real discussão que
900 está acontecendo aqui, e uma das duas posições sobre a negociação, que é a
901 posição do conjunto das entidades representativas de trabalhadores,
902 professores e estudantes das três universidades, que defendem um reajuste
903 que reponha a inflação do DIEESE e 3% de perdas anteriores, o que dá 11,6%.
904 Se isso não é posto como proposta, então é uma farsa absoluta essa votação
905 no Conselho Universitário. Essas são as duas questões preliminares. Entrando
906 propriamente na discussão, e sendo bem breve porque o tempo é pouco, é
907 uma questão que não se pode partir do ponto de vista da matemática
908 tecnocrata. É preciso entender que há um ponto de vista do qual é necessário
909 partir, que é a preservação de direitos em qualquer circunstância, mesmo em
910 situação de crise. O país está atravessando uma política econômica que é o
911 oposto disso, e o Estado também. Onde está sendo cobrada a conta dessa má
912 situação econômica? Justamente nos direitos sociais e nos direitos
913 trabalhistas. O que a Universidade está fazendo é se alinhar com isso; se
914 alinhar com o Ministério da Fazenda, com a Secretaria da Fazenda do Estado
915 de São Paulo, com seus Governos, tirando direitos. É preciso reconhecer que a
916 reposição da inflação é um direito. E essa proposta não repõe a inflação, é
917 arrocho salarial. Não à toa, o acordo fechado no TRT, ano passado, obrigou as
918 universidades a pagarem um abono para garantir a retroatividade daquele

919 reajuste de 5,2% até a data base. É porque é um direito dos trabalhadores e os
920 trabalhadores não vão aceitar a retirada desse direito. Diga-se de passagem,
921 ano passado, quando nesse Conselho se discutiu o orçamento desse ano,
922 além da estima do valor de quanto seria gasto para isso, estava escrito por
923 extenso 'repor, no mínimo, a inflação'. Esse reajuste não repõe a inflação,
924 implica arrocho salarial e perda salarial. Essa é a primeira questão. De onde
925 vem o dinheiro e o financiamento, não vou ficar repetindo o que disseram
926 alguns companheiros representantes dos estudantes e funcionários, mas
927 preciso responder algumas colocações. Primeiro, a reivindicação do Fórum das
928 Seis não é de um aumento do repasse só para o ensino superior. É de um
929 aumento do repasse de verbas para o conjunto da educação pública do Estado
930 de São Paulo e um aumento para 33% do repasse para a educação como um
931 todo. Esse repasse de 9,57% é o mesmo desde 1995. Os dados consolidados
932 da administração da Universidade são que o número, tanto de estudantes
933 quanto de cursos na graduação, mais que dobrou nesse período. Na pós-
934 graduação, mais que triplicou. O índice do repasse é o mesmo, o número de
935 professores é praticamente o mesmo, na verdade, agora, com o congelamento
936 das contratações e as aposentadorias, já deve ser o mesmo; e o número de
937 funcionários já era menor do que em 1995, antes das 1.382 demissões. Tem
938 que tirar de algum lugar sim, e não é da saúde, não é de nenhum outro direito
939 social. Mas essa é uma questão que temos que separar, uma questão é que,
940 quando apareceu no *slide* que a Universidade, há 27 anos, ganhou autonomia
941 orçamentária, o repasse no quinquênio anterior foi o equivalente a 11,6% do
942 ICMS. Ali foi arrochado para o 8,4%; voltar para aqueles 11,6% é o que
943 estamos reivindicando. Ingenuidade não é querer mais dinheiro, é achar que
944 vai se buscar outras fontes de financiamento, que significa iniciativa privada, e
945 que alguém vai financiar essa Universidade por benevolência ou crença
946 altruísta no desenvolvimento científico ou do conhecimento, sem receber nada
947 em troca. Buscar financiamento na iniciativa privada é vender a Universidade,
948 como já está sendo feito, inclusive para as 39 pessoas presentes neste
949 Conselho Universitário - segundo o último levantamento da ADUSP- cujos
950 lucros, daí precisa sair o dinheiro para financiar a Universidade." **Cons. Sergio**
951 **França Adorno de Abreu:** "Na verdade, o que propunha colocar já foi bastante
952 contemplado aqui, mas gostaria de pontuar duas questões que acho que são

953 pontos chave. A primeira delas - é claro que estamos diante de uma realidade
954 crítica – é que a questão de ajustes no orçamento e cortes terão de ser
955 pensados. Agora, acho que temos que encontrar uma fórmula que, ao mesmo
956 tempo que equilibre nossos recursos, também não penalize, porque há
957 algumas despesas de custeio que já estão ficando penalizadas, como por
958 exemplo, tenho enfrentado na Faculdade de Filosofia sérias dificuldades com
959 problemas de segurança e vigilância. Estou fazendo uma série de exercícios
960 para poder repor, mas não consigo repor o mínimo necessário. Outra questão é
961 a manutenção dos prédios. Temos prédios da Faculdade que estão exigindo
962 certo aporte de recursos para poder colocá-los em condições adequadas de
963 funcionamento. Sei que entre o ideal e o real há um espaço, mas, no fundo,
964 estou querendo dizer o seguinte: sendo necessário fazer os cortes, acho que
965 temos que discutir muito e chegar a um acordo, inclusive para contemplar
966 singularidades. Penso que, talvez, a situação da minha unidade não é idêntica
967 à situação de outras unidades, mas devemos pensar sobre isso. A outra
968 questão que também nos preocupa muito, é o futuro do corpo docente.
969 Fizemos um breve levantamento na Faculdade, não estou com os dados aqui,
970 mas o cenário da Faculdade de Filosofia com as aposentadorias que se
971 avizinham é muito preocupante, vamos, praticamente, paralisar alguns cursos.
972 Então, gostaria que não esquecêssemos de pensar nesse assunto, pois está
973 se tornando questão estratégica fundamental dentro das unidades. Claro, volto
974 aqui a afirmar que também acho importante que esse Conselho discuta com
975 densidade a questão do aumento, dos dados, dos números, isso é, sem
976 dúvida, um grande avanço. Acho que queremos, de fato, participar mais e, de
977 nossa parte, como dirigentes, acho que estamos fazendo o melhor possível, ou
978 seja, gastar com parcimônia, evitar, evidentemente, gastos que não sejam
979 necessários e que poderiam ser postergados, e fazer com que nossas tarefas
980 contribuam para que passemos por essa etapa muito grave.” **Cons. Luiz**
981 **Silveira Menna Barreto**: “Minha manifestação é no sentido de tentar transmitir
982 a este Conselho o que pude recolher nos últimos dias da reação da
983 comunidade da EACH, em relação a essa proposta de reajuste. E o resultado
984 unânime entre professores e funcionários com os quais conversei foi de
985 desânimo: 'Sim, é melhor que 0%, mas não, não é satisfatório'. E conversando
986 com um colega da área de Contabilidade - a EACH tem essa vantagem de ter

987 um acesso muito fácil a pessoas de várias áreas do conhecimento - esse
988 colega fez uma conta muito simples, que gostaria de compartilhar com vocês.
989 Salvo engano da parte desse colega, essa conta talvez revele um aspecto
990 perverso contido nessa proposta, que é o seguinte: um Doutor nível 1 que
991 recebe hoje R\$ 9.663,03 vai perder, por mês, nos próximos 5 meses, R\$ 298,
992 58, acumulando uma perda de R\$ 1.492,94. Gostaria de ser esclarecido se
993 esses valores, de fato, correspondem ao que está sendo interpretado,
994 sobretudo nesse nível dos doutores, que é praticamente a maioria do corpo
995 docente da EACH, com uma perda real e importante no início de carreira, o que
996 é extremamente preocupante em uma Unidade que procura se firmar no nível
997 de excelência dessa Universidade.” **Cons. Fabiano Guasti Lima:** “Só quero
998 me manifestar a favor da proposta e fazer um alerta do ponto de vista
999 financeiro das empresas. Nenhuma empresa se sustenta no longo prazo
1000 gastando mais do que arrecada. Que se faça, realmente, esse exercício de se
1001 buscar saídas compensatórias para esse déficit que temos, mas que se atente,
1002 principalmente, para a questão de docentes. Temos vários docentes que se
1003 afastam para pós doc, que saem, que se aposentam. Tivemos casos,
1004 infelizmente, de professores que faleceram, e algumas unidades estão
1005 passando por esse sufoco em relação à docência. E também de infraestrutura.
1006 São vários problemas técnicos e operacionais, desde *internet* até questões de
1007 sala de aula, espaço físico, que precisam ser levados em conta nessa proposta
1008 orçamentária para os próximos anos, para que se prevaleça a qualidade do
1009 ensino, tanto na graduação como na pós-graduação.” **Cons. Luiz Henrique**
1010 **Catalani:** "Primeiro quero parabenizar a COP pela tentativa de incluir a
1011 proposta do CRUESP no nosso orçamento. Fiquei surpreso com a proposta do
1012 CRUESP, achei que ela seria um pouco mais conservadora, mas, de alguma
1013 forma, veio uma proposta que contemplava, pelo menos, o índice inflacionário,
1014 o que já é uma grande vantagem. Fiquei surpreso, mas ao mesmo tempo
1015 preocupado pelo que vem pela frente. Ouvindo todas as propostas dos nossos
1016 colegas, em especial do Professor Cyro, que pontuou 'se vai dar aqui, precisa
1017 tirar dali'. Como diretor, concordo com o Professor Carlotti que, tirar de custeio
1018 é comprometer as atividades fim. Porém, ainda assim assisti a propostas
1019 individuais ou pontuais de outras possibilidades que foram comentadas, o
1020 Professor Ildo, o Professor Baffa, que foi um dos primeiros que falou sobre

1021 pequenas ações que poderiam incluir algum ganho para a Universidade. Então,
1022 a minha pergunta para a gestão é se não seria o momento de pararmos e
1023 vermos, claramente, através de um GT, quais são as possibilidades? De onde
1024 a USP vai tirar quando chegar no zero a zero? Onde vai acontecer esse corte?
1025 Será em custeio? Será que não é hora de antecipar isso e começar a planejar
1026 algum tipo de ganho em gastos de custeio, como o Professor Ildo colocou?
1027 Não é a hora de começar a planejar? Ver onde a Universidade está se
1028 esgotando ou tem sobras, que tenhamos que pensar em diminuir essa
1029 Universidade. Se ela não vai aumentar de orçamento, onde ela será diminuída.
1030 E, obviamente, não podemos falar em diminuição de vagas, estamos falando
1031 em outros tipos de diminuição. O Professor Carlotti colocou números que me
1032 assustaram. Vai-se perder um grande número de docentes, já sabemos, a
1033 Química já sabe, a Medicina já sabe, quantos docentes a Universidade vai
1034 perder a curto-médio prazos. Então, como tudo isso se encaixa nesse
1035 panorama? Precisamos criar um grupo para sentar e ver o que será, de fato,
1036 com as perdas naturais, e quais outras possibilidades teremos, para não
1037 chegarmos na hora do zero a zero e dizer que vamos cortar custeios, pois
1038 custeios já estão difíceis de cortar.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:**
1039 “Naturalmente, foi levantado aqui um conjunto enorme de questões e
1040 argumentos que merecem de todos nós uma reflexão mais continuada. Acho
1041 que é fundamental que esse Conselho assuma a responsabilidade de não se
1042 debruçar sobre esse conjunto de questões apenas nesses momentos. Diria que
1043 é fundamental que essas preocupações sejam incorporadas à nossa vida
1044 cotidiana, no âmbito deste Conselho e no âmbito das demais instâncias,
1045 sobretudo colegiadas de gestão da Universidade. E acho que é fundamental
1046 entendermos todos - todos os segmentos - que temos um período duro pela
1047 frente. Não vou me animar a estimar nem a duração, nem a intensidade dessa
1048 dureza, mas é evidente que hoje está difícil encontrar, entre pessoas
1049 razoavelmente sensatas, alguém que acredite que a situação orçamentária,
1050 financeira e econômica do país e do Estado de São Paulo - aliás, não me
1051 parece razoável continuar falando da situação econômica do Estado de São
1052 Paulo como mero reflexo da situação federal, as curvas de crescimento ou
1053 decréscimo do PIB nos últimos anos não são exatamente a mesma, é preciso
1054 considerar isso, e temos uma responsabilidade enquanto Universidade

1055 Estadual também pensar a dinâmica econômica do nosso estado, o processo
1056 de desindustrialização, o fracasso da política de guerra fiscal. Concretamente,
1057 nos últimos anos em que o PIB cresceu - os senhores economistas conhecem
1058 esses números melhor do que eu - o PIB nacional cresceu mais do que o
1059 Estadual, e neste momento, o Estadual decresce mais do que o Federal.
1060 Temos aí uma questão para pensar. Mas isso, sobretudo, vem no sentido de
1061 que é fundamental para a Universidade, por meio de todos os seus segmentos,
1062 que faça um esforço plenamente viável a meu juízo, otimista que sou, de
1063 buscar enfatizar mais as nossas convergências do que nossas diferenças,
1064 porque a somatória dos nossos esforços de mobilização, da nossa capacidade
1065 de mobilização conjunta será extremamente necessária no próximo período. Se
1066 nos dedicarmos ou continuarmos nos dedicando a uma prática que é
1067 obviamente mais simples de identificar e colocar ênfase sobre as nossas
1068 diferenças e divergências, o resultado para o coletivo não se afigurará positivo.
1069 Acho que é importante interromper uma espiral de deslegitimações que a
1070 Universidade tem vivido, porque é o futuro do conjunto da Universidade que
1071 está efetivamente em cheque nesse momento. E, nesse sentido, gostaria de
1072 dizer que apoio a proposta, vou votar a proposta que foi apresentada, não
1073 porque acredito que ela repõe completamente a inflação. Sabemos que há
1074 várias maneiras de medir a inflação, e sabemos todos, empiricamente, que no
1075 nosso setor social a inflação no último ano ultrapassa esse valor. No entanto,
1076 vou apoiá-la, pois ela significa, a meu juízo, um salto qualitativo extremamente
1077 importante em relação a um passado recente e não tão recente, que é
1078 transformar em fato concreto o princípio de que docentes, servidores e
1079 estudantes são o maior ativo dessa Universidade. E que, portanto, ainda que
1080 não seja possível recuperar plenamente as perdas salariais, ainda que não seja
1081 possível imediatamente recuperar perdas anteriores, é fundamental afirmar que
1082 não pode recair sobre a remuneração de docentes e servidores o peso maior
1083 do ajuste. Esse é o princípio que me parece fundamental saldar neste
1084 momento. Acho que devemos abrir um espaço para discutir que a Universidade
1085 gasta muito e, sobretudo, gasta mal. Achamos uma forma de otimizar nossos
1086 gastos é muito mais produtivo e eficaz do que pensar simplesmente em corte
1087 orçamentário." **M. Reitor:** "Iniciarei com o que disse o Professor Carlos Martins,
1088 que o maior ativo dessa Universidade são seus docentes, estudantes e

1089 servidores. E antes de fazer algumas considerações que me sinto obrigado a
1090 fazer, não só como presidente da sessão, mas como Reitor, manifestar uma
1091 grande admiração pela maneira como transcorreu essa reunião. Tratamos de
1092 uma questão extremamente espinhosa, difícil. Se é difícil para os que devem
1093 votar, porque, excluindo os estudantes e alguns outros representantes externos
1094 à Universidade, vão votar uma questão que diz respeito a seus próprios
1095 vencimentos, e é muito difícil fazer isso, levando em consideração, também, o
1096 interesse maior da Universidade. E é difícil também para o Reitor, que tem a
1097 obrigação de tentar compatibilizar a realidade, os recursos disponíveis, não só
1098 no momento, mas dentro de uma perspectiva razoável de um ano, dois anos,
1099 três anos, com a necessidade de fazer correções salariais, que na nossa
1100 economia se tornam cada vez mais necessárias, em virtude do reaparecimento
1101 da inflação, mas que, contrariamente ao que foi dito, a reposição não é
1102 obrigatória por nenhum estatuto legal. Não é correto que interpretem que, em
1103 algum momento, os tribunais trabalhistas têm qualquer condição de definir
1104 valores de reajuste financeiro, de reajuste salarial para o funcionalismo público
1105 estatutário. É sim verdade que faz e deve fazer, porque essa é a função dos
1106 tribunais trabalhistas, pressões, negociações, intermedia negociações, como
1107 fez no ano passado; mas em nenhum momento existe condição legal de
1108 determinar valores de reajustes. Estes valores, obviamente, espera-se que se
1109 chegue a eles em uma negociação civilizada, como foi feito até aqui, entre os
1110 representantes da direção das Universidades e os Sindicatos. Por isso, quero
1111 cumprimentar a todos pela maneira como argumentaram nessa reunião, como
1112 trataram a questão. Obviamente, cada um com o seu ponto de vista, ou com o
1113 ponto de vista da categoria que representa, os professores preocupados com o
1114 equilíbrio financeiro e a gestão de suas unidades, os sindicatos e estudantes
1115 defendendo avanços sociais. Portanto, sinto-me honrado, como Reitor, em ter
1116 dirigido esta reunião. E estou ainda mais convencido de que é neste ambiente
1117 que temos que tratar e decidir essas questões. Não há nenhuma dúvida a
1118 respeito disso. Vimos aqui confronto de argumentos com relação a duas
1119 questões que são paralelas e, obviamente, se superpõem, mas que são
1120 independentes. Uma é esta de, através da responsabilidade, equilibrar os
1121 gastos desta Universidade, que estão desequilibrados. Não é culpa de ninguém
1122 que está aqui neste momento, mas eles estão desequilibrados e é nossa

1123 responsabilidade voltar a equilibrar, dentro do realismo dos recursos que
1124 temos. É destes que podemos tratar, é sobre eles que temos poder de decisão.
1125 Há uma via paralela, que é a da reivindicação da busca de mais recursos, da
1126 luta que é política, social, e que se entende que seja feita com maior ou menor
1127 intensidade por diferentes setores, diferentes categorias, diferentes
1128 representantes, e até diferentes pensamentos políticos. Isso é perfeitamente
1129 natural nessa democracia que vivemos ou queremos construir. Agora, não
1130 podemos em momento nenhum tomar decisões que se aplicam no próximo
1131 mês, no semestre seguinte ou no próximo ano, com base em uma expectativa
1132 de aspectos que estão sendo reivindicados e que se forem atendidos um dia,
1133 poderão mudar nossa realidade. Isso faz parte da luta política, social, mas não
1134 faz parte do mecanismo de gestão da responsabilidade que é compartilhada
1135 por todos de tomarmos a decisão. Portanto, vamos tomá-la com prudência, e
1136 essa prudência é de cada um; não achando que a Reitoria foi suficientemente
1137 prudente e que não precisa se preocupar com isso. Todos seremos igualmente
1138 responsáveis pelas decisões que tomaremos. No passado, já fomos acusados
1139 de estar aqui e não termos questionado com clareza com relação àquilo que
1140 estava acontecendo. Essas dúvidas permaneceram e permanecem ainda. Não
1141 gostaria que isso acontecesse novamente, quero ter certeza de que as
1142 pessoas votarão a favor ou contrário por convicção, por pensarem de uma
1143 maneira ou de outra, por acharem que deveria ser diferente e não é, e portanto
1144 não apoiar, mas não porque foram mal informados. Garanto que fizemos o
1145 melhor esforço possível para informá-los precisa e corretamente. Se houve
1146 falha na informação, há como em qualquer atividade humana e se alguém
1147 detectou ou detecta isso, deve acusar. Mas procuramos informar com a
1148 máxima seriedade e responsabilidade, e a prudência será de cada um que vai
1149 votar. Há algumas questões que também merecem ser esclarecidas antes que
1150 passemos à votação, com por exemplo, a questão do reajuste de benefícios,
1151 que faz parte da pauta de negociação e claramente ficou definido, já nas
1152 negociações, que será tratada por uma comissão mista do CRUESP e do
1153 Fórum das Seis, buscando a isonomia de benefícios entre as três
1154 Universidades. Isso está em andamento. Portanto, não cabe, neste momento,
1155 discutirmos a questão aqui. Há, também, uma outra questão que precisa ser
1156 esclarecida, porque é sempre objeto de mal entendidos. É de que, em um

1157 determinado momento, quando se vota o orçamento, e que há uma reserva
1158 para o reajuste da folha, que aquilo é o reajuste salarial previamente definido.
1159 Não é. Aquilo é uma reserva de recursos para os aumentos da folha que
1160 ocorrem, desde aumento vegetativo, crescimento, progressão na carreira,
1161 contratações e coisas desta ordem. De forma que se faz uma reserva para
1162 isso. Ouvei no passado, nos meses anteriores, que o Reitor já estava
1163 comprometido com 4,8% de aumento, porque isso estava contido no
1164 orçamento que foi votado pelo Conselho Universitário, mas não foi isso que o
1165 Conselho votou. Há também que se considerar uma questão importante, que
1166 diz respeito à vida da Universidade. É óbvio que, como disse o Professor
1167 Carlos Martins - e reforço - que nosso maior ativo são os nossos estudantes,
1168 docentes e servidores, eles devem ser poupados e, dentro do máximo possível,
1169 devemos criar condições de trabalho, de progressão e, por isso, alguma
1170 correção em um ambiente de inflação acelerada precisa ser feita. Que se faça
1171 a correção plena neste momento, plena considerando desde já, que se
1172 acumulou até hoje 7,21%, pelo índice da FIPE, que agora já se faça essa
1173 correção é impossível, porque não é aceitável para as Universidades, inclusive
1174 para as nossas coirmãs. Portanto, estamos fazendo aquilo que é possível -
1175 fazer uma correção em duas etapas e que, pelo menos, nos leva a maio do ano
1176 que vem, com a correção de 7,1%, ou seja, não ficamos em dívida em relação
1177 à correção salarial, em relação à inflação ocorrida até este momento. Quero
1178 dizer, agora ou em outubro que, de qualquer forma, em maio do ano que vem
1179 estaremos com o salário corrigido em 7,1%. Foi o que foi possível fazer. Uma
1180 outra questão muito importante é que a Universidade conseguiu passar o
1181 último ano e até agora sem fazer reposição dos docentes que estão se
1182 aposentando, sem atender, inclusive, contratações necessárias para cursos
1183 que foram abertos e não foram completamente cobertos com docentes.
1184 Concordo com o Professor Carlotti que isso cada vez mais nos preocupa e
1185 essa vem se transformando em uma questão central para a vida da
1186 Universidade para exercer as suas atividades fim. Há uma conta muito simples
1187 que todos devem fazer, porque todo dinheiro da Universidade sai do mesmo
1188 caixa. Quem aumenta um gasto, obrigatoriamente, leva à redução de outro, se
1189 agirmos com responsabilidade. Cada docente MS-3 contratado pela
1190 Universidade de São Paulo custa um total de R\$ 152 mil por ano. Essa é a


1191 nova unidade que devemos pensar de agora em diante, sempre que falarmos
1192 em gastos. Um MS-3 custa R\$ 152 mil por ano, com todos os encargos
1193 associados. Então, qualquer gasto que fizemos podemos medir em termos de
1194 MS-3. Podemos olhar, por exemplo, e fazer a conta, o aumento que estamos
1195 discutindo nesse momento, e que resulta em um gasto total adicional de R\$
1196 125 milhões, corresponde à contratação de 822 docentes novos. Portanto, não
1197 vamos falar que a proposta orçamentária atende ou não atende ao reajuste.
1198 Ela atende naquilo que é possível e representa que estamos abrindo mão de
1199 contratar 822 docentes novos para a universidade. E, por isso, vamos atender
1200 aqueles que aqui estão, dando aos docentes e servidores melhores condições
1201 de trabalho. Toda vez que pensarem na necessidade de expandir quadro
1202 docente, pensem qual é a atividade que tem de ser suprimida, o gasto que tem
1203 de ser suprimido para que aquela contratação possa ocorrer - às vezes não é a
1204 atividade, mas o gasto. Creio ser desnecessário continuar nessa linha, mas
1205 todos saberão fazer as contas com questões que já passaram por aqui,
1206 despertaram discussões e assim por diante. Diante disso, e diante da questão
1207 de que assim não dá, temos que buscar mais recursos fora, não podemos nos
1208 esquecer da nossa posição na sociedade. Sei que nossos interesses são
1209 importantes, os interesses dos nossos quadros docentes e servidores são
1210 importantes, os estudantes - como já disse e continuo insistindo - representam
1211 uma força importante na mudança da Universidade, porque todos os demais
1212 são conservadores, no bom sentido, pois preservam, mas são os estudantes
1213 que provocam, que promovem. Mas todos não podemos esquecer que
1214 estamos aqui para servir à sociedade e gostaria de lembrar alguns números
1215 que já citei: no Estado de São Paulo, todo ano, terminam o curso secundário,
1216 460 mil estudantes; 380 mil do ensino público, 80 mil do ensino privado.
1217 Destes, a USP recebe 11.500 por ano. Muitos vem de fora, mas a maioria é do
1218 Estado de São Paulo, ou seja, aproximadamente 3% dos estudantes,
1219 teoricamente, estão em condições de frequentar a Universidade em nosso
1220 Estado. Recebemos 0,25% da arrecadação da cota parte do ICMS. Convém
1221 meditar sobre isso. Qual é a nossa missão na sociedade paulista? O que
1222 fazemos e o que queremos fazer mais? Quantos dos nossos docentes, de fato,
1223 estão dispostos a fazer mais para a necessidade que temos de atender à
1224 sociedade paulista? Não estou dizendo que fazemos pouco, tanto que a

1225 Universidade de São Paulo é e continua sendo a primeira Universidade da
1226 América Latina sob todos os pontos de vista, até aqueles que uma vez se
1227 desviaram e acharam que existia outra que estava na frente já voltaram atrás e
1228 voltam a dizer que a USP é a Universidade mais relevante da América Latina.
1229 Então, temos muitas funções além daquela de tratarmos dos cursos de
1230 graduação, exclusivamente. Mas convém pensar um pouco sobre esses
1231 números, eles são importantes para as nossas decisões. E, finalmente, como
1232 último tópico, gostaria de dizer, reafirmando a importância dessa discussão que
1233 aqui ocorreu, e volto a cumprimentar a todos que se manifestaram. A proposta
1234 que está sendo trazida aqui foi discutida e acertada, no sentido de que os três
1235 concordaram. Ela foi discutida com os dois outros reitores, portanto, é uma
1236 proposta do CRUESP. Foi entendida pelos três como aquela que era o limite
1237 máximo do que as três universidades podiam pagar. Não adianta achar que
1238 uma pode mais que a outra, porque não pode; o limite é o mínimo. E as três
1239 concordaram que este era o valor que podia ser negociado. Anunciei isso a
1240 eles com toda clareza e não senti, de maneira alguma, de qualquer um dos
1241 outros dois reitores, qualquer restrição ao fato de que eu traria essa proposta
1242 para ser discutida e votada no Conselho Universitário da Universidade de São
1243 Paulo. Todos entendem que isso é legítimo e que está muito bom que se faça
1244 assim. Então, não há que se preocupar com qualquer pendência com redução
1245 ao papel do CRUESP, nada disso. O CRUESP fez o seu papel de encontrar
1246 algo que é um intermediário entre aquilo que pode ser o anseio maior e aquilo
1247 que é possível fazer. Estamos os três de acordo com isso. Resta um ponto.
1248 Alguns gostariam que se fizesse uma restrição absoluta ao uso de recursos
1249 nesse momento, tendo em vista a prudência com relação aos gastos. Lembro
1250 que quando foi feita a lei da autonomia da Universidade, de fato, se pretendia
1251 colocar um limite de 80% com gasto de pessoal. Depois isso acabou não
1252 aparecendo, embora haja uma recomendação. No decreto, não se diz que é
1253 obrigatório, mas há uma recomendação de que os gastos com pessoal não
1254 ultrapassem os 80%. No entanto, chegamos nessa situação que estamos e não
1255 se breca um trem de um dia para o outro. É preciso ir devagar e ir acertando as
1256 coisas. De forma que, o que devemos almejar é que além de votar essa
1257 proposta e, se possível, aprová-la, deixar registrado que a Administração da
1258 Universidade, em consonância com os dirigentes das Unidades, fará um

1259 esforço para alcançar a meta de déficit, limitado a R\$ 988 milhões. Em
1260 setembro, o orçamento será revisto no Conselho Universitário e medidas
1261 adicionais serão adotadas, se necessárias, para se alcançar essa meta. Agora,
1262 o ideal seria - e é isso que peço - que o Conselho fizesse uma forte
1263 recomendação à administração e aos demais dirigentes das Unidades, para
1264 que, em um acordo, se procurasse limitar o déficit àquilo que, inicialmente,
1265 havia sido previsto - R\$ 988 milhões. Em setembro, revemos a situação e, se
1266 houver necessidade, tomaremos medidas mais definitivas de cortes ou
1267 supressão de gastos específicos. Agora, passaremos à votação. Vale dizer
1268 que, ao votar, todos sabem que existe um recurso absolutamente democrático
1269 para que as pessoas façam declarações de votos, isto é, aqueles que votarem
1270 contra e quiserem se manifestar, porque estão votando contra, certamente
1271 poderão fazer, o que permite acolher toda diversidade de pensamento que
1272 existe dentro desse Conselho que, vamos admitir, não é pequena. Em não
1273 sendo aprovada a proposta, a presidência proporá outras medidas. Podemos
1274 passar à votação?" **Cons. Bruno Sperb Rocha (questão de ordem):** "Vou
1275 então, frente ao que o Reitor acabou de dizer, deixar parte do que ia dizer para
1276 uma eventual declaração de voto. Quero reivindicar que fosse posto como
1277 alternativa de votação, não só para quem quiser declarar o seu voto, mas para
1278 todo o Conselho Universitário, a proposta do reajuste de 11,6%, tal qual como
1279 reivindicado pelas Associações de Docentes e pelos Sindicatos das três
1280 Universidades Estaduais, e não apenas a votação de 'sim' ou 'não' ao parecer
1281 da COP." **M. Reitor:** "Muito bem, se a proposta da COP for rejeitada, colocarei
1282 a proposta do Sindicato em votação. Não faremos aqui um mercado. Há uma
1283 clara reivindicação para que esta proposta seja apreciada. Só vejo necessidade
1284 de apreciá-la se esta atual for rejeitada." **Cons. Bruno Sperb Rocha:**
1285 "Entendemos que, como forma de encaminhamento, esse é um
1286 encaminhamento prejudicial à nossa proposta. Seguimos reivindicando que
1287 seja posto em primeira votação essa alternativa. É preciso que todos os
1288 membros do Conselho possam, desde o início e não apenas em uma ocasião,
1289 manifestar uma posição favorável ao atendimento da reivindicação dos
1290 sindicatos e das associações de docentes. Ao não fazer isso, restringe-se até
1291 mesmo a plena possibilidade da manifestação de uma posição que existe no
1292 Conselho, porque existe nas três Universidades." **Cons. José Rogério Cruz e**

1293 **Tucci:** “Peço vênia ao Bruno. Isso é muito simples, é um ponto de vista lógico.
1294 Há uma prejudicialidade, de fato, mas é exatamente o contrário. Primeiro se
1295 vota o parecer da COP e, se por ventura, ficar vencida, vota-se a outra
1296 proposta. É uma prejudicial lógica. Toda decisão que tem essa prejudicial
1297 lógica, vota-se em primeiro lugar a proposta colocada pela COP, e em seguida,
1298 a proposta dos estudantes, do sindicato, enfim.” **M. Reitor:** “Assim farei. Estão
1299 encerradas as preliminares, porque não se trata de argumentar a favor de uma
1300 coisa ou outra. É muito simples, temos uma proposta que foi apresentada,
1301 discutida e fundamentada com estudos e se ela não for aprovada, temos uma
1302 proposta sobre a qual não temos estudos sobre os impactos dela, mas os
1303 impactos são, obviamente, muito mais intensos do que aqueles previstos nessa
1304 proposta inicial. Por isso, só considerarei essa alternativa depois que essa
1305 proposta atual tenha sido vencida. Vamos colocar em votação a proposta atual,
1306 que tem o parecer da COP. Pergunto ao Presidente da COP e ao Professor
1307 Cyro, que se manifestaram sobre um aspecto envolvido nela, se esta redação
1308 que fiz atende a esta visão de que é necessário fazer restrição. Passaremos à
1309 votação. Esclareço que quem concordar com a proposta e, portanto, com o
1310 parecer da COP, vota ‘sim’. Obviamente, quem discorda, por qualquer motivo,
1311 vota ‘não’; ou vota abstenção, se não quiser ir para um lado, nem para o outro.
1312 Abstenção não conta e voto em branco também não. É um sentido contra o
1313 outro, isso é maioria simples.” **Secretário Geral:** “Abstenção ou não votação é
1314 a mesma coisa. Não é uma votação relativa ao *quorum*, é maioria simples.
1315 Simples dos presentes.” **M. Reitor:** “Havendo *quorum*, ganha o que tiver maior
1316 número, sim ou não. Por isso, aqueles que não querem dar *quorum*, em todas
1317 as assembleias do mundo, se retiram e cai o *quorum*. Não estou inventando
1318 nada de novo. Este é o ritual, esta é uma votação por maioria simples.”
1319 **Secretário Geral:** “Não é uma votação por maioria absoluta de 50% mais um
1320 ou número superior arredondado do *quórum*, é maioria simples.” **Cons. Bruno**
1321 **Sperb Rocha:** “E qual é o *quorum*?” **Secretário Geral:** “Se fosse maioria
1322 absoluta, metade mais um.” **M. Reitor:** “Temos presentes na sala 92 pessoas.
1323 O *quorum* de instalação é de 120 pessoas, portanto o nosso *quorum* é de 61.”
1324 **Secretário Geral:** “Sim, esse seria o número para instalação dos trabalhos. A
1325 reunião se instalou e continua com esse *quorum*.” **Cons. Bruno Sperb Rocha:**
1326 “Tenho uma franca dúvida, posso perguntar? Quando se diz que quem não

1327 quer apontar para caminho nenhum, se retira da votação, isso seria se retirar
1328 antes da instalação da reunião, no sentido que está explicando o Secretário
1329 Geral? Quero dizer, havendo *quorum* para instalação da reunião - e houve -,
1330 havendo mais de 61 pessoas no momento de instalação da reunião e está
1331 verificado que houve, a partir daí, aprova se o sim é maior que o não. Para
1332 esclarecer totalmente minha dúvida, suponhamos que, por qualquer motivo, 80
1333 pessoas não apertam o botão, foram ao banheiro ou qualquer coisa assim. E o
1334 resultado dá 6 a 5. Valeu? É uma franca dúvida sobre a regra da votação.” **M.**
1335 **Reitor:** “Claro, isso não se aplica apenas a essa votação, é uma regra geral a
1336 ser seguida.” **Cons. José Rogério Cruz e Tucci:** “A regra aqui é de
1337 matemática. Aqui tem que ter mais de 61 pessoas para votar. E temos. Se a
1338 sala esvaziar e ficarmos com um número menor que 61, não há *quórum*,
1339 porque não temos metade mais um. É uma questão muito simples, nunca viram
1340 no Congresso, às vezes, esvaziarem a bancada? **M. Reitor:** “Não sendo
1341 jurista, sendo apenas um médico e tendo ouvido os juristas ilustres que temos
1342 aqui, vamos em frente. Está em votação. Entre sim e não, aquele que tiver o
1343 maior número de votos, é o que vale.” Ato contínuo, o **M. Reitor** passa à
1344 **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 81
1345 (oitenta e um) votos, Não = 9 (nove) votos; Abstenções = 1 (um), total de
1346 votantes = 92 (noventa e dois). É aprovado o parecer da COP, favorável à
1347 proposta de reajuste salarial apresentada pelo CRUESP, de 4% em maio e
1348 3,09% em outubro. É aprovado, ainda, parecer da COP, referente à proposta
1349 de revisão orçamentária apresentada pela CODAGE, ficando definido que a
1350 Administração da Universidade, em consonância com os dirigentes das
1351 Unidades, farão um esforço para alcançar a meta de déficit limitado a R\$ 988
1352 milhões. Ressalta-se que, em setembro, o orçamento será revisto no Conselho
1353 Universitário e medidas adicionais serão adotadas, se necessário. **Cons.**
1354 **Bruno Sperb Rocha:** “Gostaria de declarar voto. Quero pedir que se registre
1355 em ata que a posição de categoria dos trabalhadores é que essa votação não é
1356 legítima ao não incorporar expressamente uma posição que existe no Conselho
1357 Universitário e nas três Universidades, que é a concessão do reajuste no valor
1358 de 11,6%, que seria, do nosso ponto de vista, o necessário para poder repor a
1359 inflação do período e atender à expectativa legítima e justa de reposição de
1360 parte das perdas salariais sofridas ao longo do último período.” **Cons.^a**

1361 **Gabriela Soldera Ferro:** “Peço registrem em ata que, como representante
1362 discente, reiteramos o que disse o Bruno e que, infelizmente, nos fizeram votar
1363 contra um reajuste, sendo que somos a favor de que haja reajuste, mas não
1364 desse valor. Então, não se expressaram democraticamente as posições que
1365 existem dentro do Conselho Universitário. Na nossa opinião, essa votação foi
1366 como uma farsa. Foi um absurdo. Foi completamente antidemocrático o que
1367 aconteceu.” **Cons.^a Marcela Silva Carbone:** “Também quero declarar meu
1368 voto, que foi contrário à proposta da COP. Não porque sou contrária ao
1369 reajuste, pelo contrário, penso que se deve reajustar o salário dos funcionários,
1370 mas, fundamentalmente, repetindo e reiterando o que disse anteriormente, os
1371 trabalhadores e os seus direitos sociais não podem pagar pela crise que o país,
1372 o Estado de São Paulo e a Universidade estão passando. Por isso, um reajuste
1373 mínimo seria aquele que cobre a inflação. Portanto, deveria ter sido colocado
1374 para votação os 11,6%, que é a nossa proposta e que os estudantes também
1375 apoiam.” Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a
1376 reunião, às 17h10. Do que, para constar, eu , Prof.
1377 Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse
1378 digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes
1379 à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 19
1380 de maio de 2015.